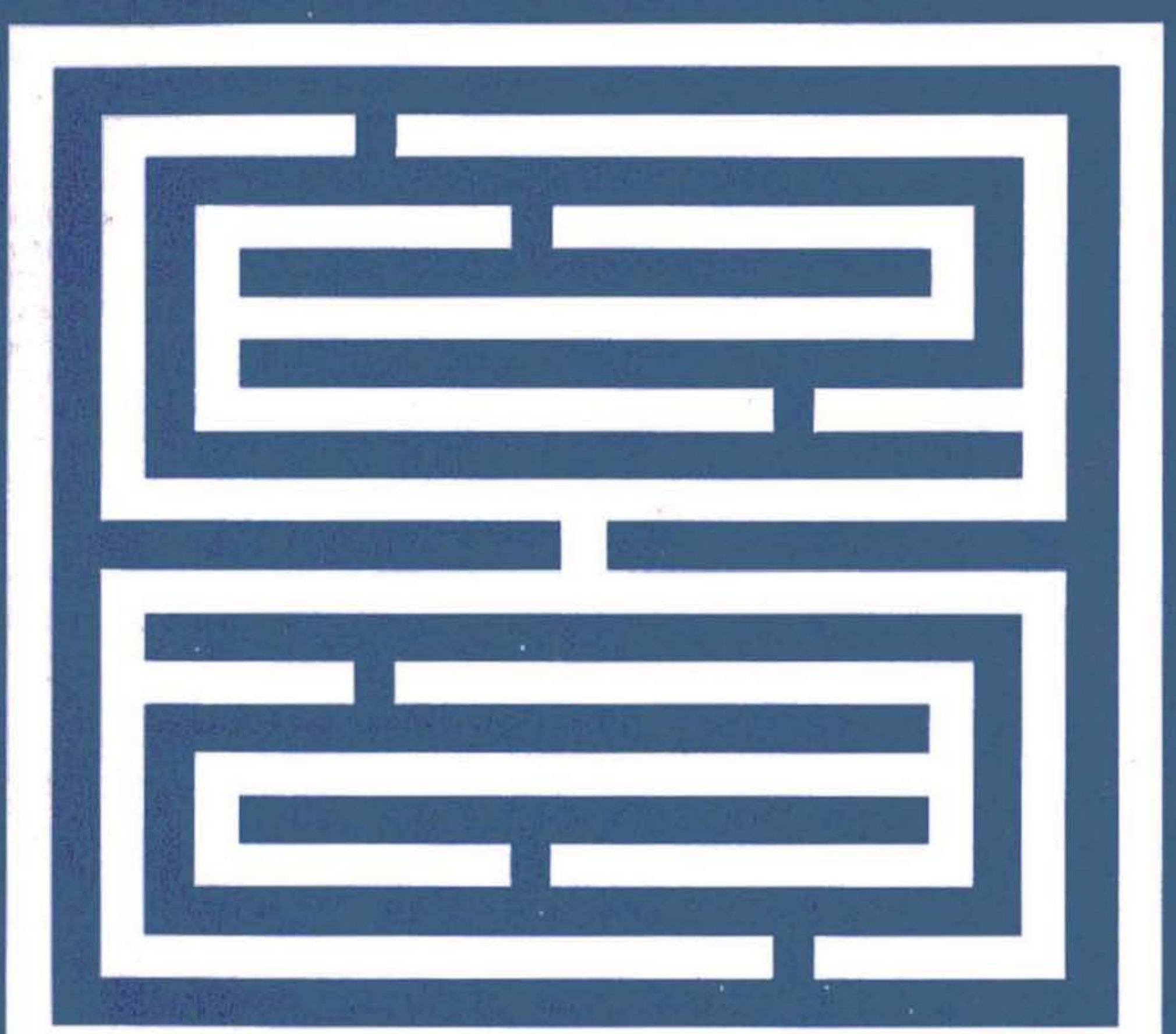
convergência

MAR — 1989 — ANO XXIV — Nº 220



- **COMUNICAÇÃO PARA A VERDADE E A PAZ. CF-1989.**
  Pe. Dagoberto Boim — página 81
- **RESPEITO À VIDA, PROCRIAÇÃO E IGREJA. REFLEXÕES.**
  Pe. Christian de Paul de Barchinfontaine, MI — página 116

CONVERGÊNCIA
Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB

Diretor-Responsável:
Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:
Pe. Ático Fassini, MS
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, CF
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1989

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea	NCz$ 19,85
Exterior: marítima.....	US$ 38,00
aérea	US$ 48,00
Número avulso	NCz$ 1,98

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Quer ser, figurativamente, o esboço da idéia de um labirinto, ou seja, coisa confusa, enigmática, enredada, tortuosa. Examinando, verá: este nosso destaque seletivo, mais do que arte, é artifício. **Convergência** é a revista da CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. E a CRB objetiva promover e animar a **Vida Religiosa**. Com generosidade semântica e imaginária, Você descobre, então, que o pensamento pressuposto como subjacente nesta figuração mental e em seu encadeamento com CRB, suas finalidades entitativas e CONVERGÊNCIA é este: **se a Vida Religiosa, humanamente, pode se aparentar com um labirinto**, a CRB e sua revista querem apontar na direção da saída. As ciências, como parte da solução, enriquecem e aliviam a VR mas não a livram de navegar, na escuridão, pois nunca tornam o seu REAL plenamente transparente à razão. Há uma irredutibilidade sem haver incompatibilidade. A VR envolve mistérios mas não comporta nenhum fantasma irreal ou impossível. Para quem tem **FÉ**, o próprio mistério engrandece a razão. A obscuridade tem sempre algo de grandioso. Pelos caminhos humanos da VR, quando iluminados pela **FÉ**, vão se formando linhas de predominância que dão ao enredado a direção dos fios e mapeiam os pontos referenciais que indicam a força de um projeto em sua globalidade e o tropismo imbatível para a luz da saída. **Convergência**, em 1989, quer lhe ajudar nesta perspectiva, aprofundando e ampliando a certeza de que só pela **FÉ** se pode abraçar as propostas da Cruz, as aporias do Reino e os paradoxos da VR. Só pela FÉ se pode manifestar paz na consciência do mistério e serena convivência com ele. Deus confirme, com sua bênção, nossos propósitos (**Pe. Marcos de Lima, SDB**).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL 65

INFORME DA CRB 67

COMUNICAÇÃO PARA A VERDADE E A PAZ. CAMPANHA DA FRATERNIDADE — 1989
Pe. Dagoberto Boim 81

NOVA EVANGELIZAÇÃO PARA UMA NOVA SOCIEDADE
Cardeal Eduardo Pirônio 94

ÉTICA E BIOÉTICA 109

TÉCNICA E HORIZONTE ÉTICO
Pe. Olinto Pegoraro, MI 110

RESPEITO À VIDA, PROCRIAÇÃO E IGREJA. REFLEXÕES.
Pe. C. de P. de Barchinfontaine, MI..... 116

EDITORIAL

É tempo de Quaresma. De conversão. De novo jeito de viver diante de Deus e dos irmãos e irmãs. Tempo de Campanha da Fraternidade. São muitos os apelos para a mesma causa: a transformação radical da vida pessoal e de suas correlações sociais, à luz da Palavra de Deus, comunicada em Cristo, e num relacionamento filial com o Pai, fonte de Vida.

Nisso vai a dinâmica pascal, na gestação do NOVO: o mundo novo, os novos céus e terra, o homem novo à imagem do Novo Adão, Jesus Cristo Ressuscitado.

São apelos que se dirigem também a nós, Religiosas e Religiosos, para nos envolver nessa dinâmica do novo modo de ser que Jesus viveu e comunicou.

No contexto quaresmal-pascal em que são celebradas a vida e a morte de Jesus, Sacramento da entrega-comunicação do próprio Deus a nós, e de sua ressurreição, expressão do NOVO de Deus no meio de nós, os Religiosos e Religiosas da América Latina querem hoje assumir o desafio que João Paulo II lhes dirige: "Vós, que sois peritos em vida evangélica, escrevei com a vossa vida o Evangelho de Jesus nesta terra e nesta época, tornando Cristo presente na múltipla e variada expressão do seu amor ao Pai e aos irmãos" (Mensagem à CLAR, julho de 1986). E porque assim empenham a própria vida pela causa do Cristo, o Papa ainda os conclama para a missão: "Que o vosso apostolado seja uma conseqüência do vosso encontro, imitação e configuração com o Senhor" (ib.).

Nessa mesma dinâmica pascal toma sentido a Campanha da Fraternidade que vem para injetar maior empenho nos Religiosos e Religiosas e em todos os cristãos, no Brasil. Nesse ano de 1989, a Campanha da Fraternidade se volta para a COMUNICAÇÃO, a comunicação que Deus a nós faz de Si mesmo, e que nós aos outros somos convocados a fazer de nós mesmos.

"Comunicação para a Verdade e a Paz", é o lema da CF-1989. "A Verdade, como norma da comunicação, é a condição fundamental para alcançar a Paz. Esta só é verdadeira quando a convivência e o entendimento entre pessoas, classes as várias organizações sociais se faz no respeito aos direitos da pessoa humana criada à imagem de Deus, e no cumprimento dos deveres e responsabilidades que daí decorrem. Verdade e Paz são os objetivos a serem alcançados em todo o processo de comunicação criadora de fraternidade" (CF-89, Texto-base, p. 8).

Na Quaresma-Páscoa celebramos a plenitude da Comunicação de Deus a seu Povo. A auto-entrega de Cristo a nós, até à cruz. A doação da Vida Nova, na Verdade e na Paz. O Verbo, a Verdade se fez Carne. A Paz nasceu entre nós. Fez-se história. Morreu e ressuscitou para que a plenitude da Vida nos seja comunicada. O Cristo é "o perfeito Comunicador do Pai para os homens e dos homens para o Pai" (ib.). Introduz-nos na dinâmica da comunicação intra-trinitária. Gera comunicação entre nós e com Deus.

É isto que vimos e ouvimos da parte de Jesus Cristo. Por isso não podemos nos calar e fechar.

Acolher, anunciar e testemunhar será pois nosso compromisso diante do Pai e dos irmãos. Comunicar. Estar abertos para acolher a Palavra como Maria a acolheu. E na abertura, anunciar a Palavra feita gente no meio de nós.

No Projeto PALAVRA-VIDA que a CLAR e a CRB lançaram, os Religiosos e Religiosas encontrarão um instrumental precioso para o encontro com a Palavra feita história. E nessa Palavra haurir e comunicar a Vida de Deus em Jesus Cristo.

FELIZ PÁSCOA!

CONVERGÊNCIA apresenta, neste número:

"COMUNICAÇÃO PARA A VERDADE E A PAZ: Campanha da Fraternidade — 1989", de Pe. DAGOBERTO BOIM, Assessor Nacional da CNBB e Secretário Executivo da Campanha da Fraternidade.

"NOVA EVANGELIZAÇÃO PARA UMA NOVA SOCIEDADE", do Cardeal EDUARDO PIRONIO, Presidente do Conselho Pontifício para os Leigos. É o texto de palestra pronunciada no Foro Internacional da Juventude em LUJÁN, Argentina, abril de 1987. O texto foi traduzido de "MENSAJE IBEROAMERICANO", de MADRID, nº 260, julho-agosto de 1987, p. 22-29.

"ÉTICA E BIOÉTICA: subsídios de reflexão para Religiosos a serviço da saúde". O artigo se divide em duas partes de autores distintos: "TÉCNICA E HORIZONTE ÉTICO", de Pe. OLINTO PEGORARO, MI, e "RESPEITO À VIDA, PROCRIAÇÃO E IGREJA", de Pe. CHRISTIAN DE PAUL DE BARCHIFONTAINE, MI. O texto se dirige aos inúmeros Religiosos e Religiosas que, no Brasil, se dedicam ao campo da saúde, em hospitais, centros de saúde, e à saúde comunitária. O problema ético ali encontrado exige uma reflexão adequada para uma solução cristãmente justa.

Pe. Atico Fassini, MS

Buscar a PAZ sempre. A guerra faz perder tudo. Nada se perde com a paz.

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA PRESIDÊNCIA DA CNBB COM A DIRETORIA NACIONAL DA CRB

As 10hs de 27 de outubro de 1988, em BRASÍLIA, DF, teve início a Reunião Conjunta da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB. Realizada em duas sessões distintas, a Reunião teve sua primeira sessão na Casa de Retiro Assunção, contando com a presença, por parte da CNBB, dos Srs. Bispos Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, SJ, Presidente, Dom Antonio Celso de Queiroz, Secretário Geral, Dom Afonso Felipe Gregory, Dom Vital Wilderink, OCarm., Dom Jayme Henrique Chemello, da CEP, e de Pe. José de Nadai, Subsecretário Geral, e por parte da CRB, de Irmão Claudino Falquetto, FMS, Presidente, Irmã Adylles Augusta Rossato, ICM, Pe. Décio Zandonade, SDB, Irmã Hilda Rosa, FPD, Irmão Antônio Carlos Machado Ramalho de Azevedo, FMS, Irmã Zenilda Novais Rocha, CF, Irmã Gertrudes Moreira, RA, Pe. João Edênio dos Reis Valle, SVD, todos da Diretoria Nacional, mais os Assessores Nacionais e os Presidentes e Assessores Regionais da CRB, congregados para seu Encontro Anual. Irmão Claudino acolhe os Srs. Bispos com palavras de alegria e gratidão, em nome da CRB. Dom Luciano, por sua vez, agradece, em nome dos Bispos da CEP/CNBB, o diálogo permanente entre CNBB e CRB, assinalando que esse fato é uma graça de Deus, fato notificado ao Papa João Paulo II, recentemente, em viagem de Dom Luciano a Roma. A seguir, Irmão Claudino introduz a pauta de conversações, baseando-se em texto previamente apresentado aos Srs. Bispos. Esse texto corresponde a uma síntese dos depoimentos feitos no Encontro Anual dos quadros nacionais e regionais da CRB, em fase de conclusão nesse dia 27 de outubro, depoimentos relativos às mútuas relações entre Bispos e Religiosos a nível da Igreja no Brasil. Notam-se ali, muitos pontos positivos, alguns falhos e diferentes situações que suscitam preocupação. Nesse texto aparece também a sugestão de que a Assembléia Geral dos Bispos no Brasil trate, em 1990 ou 1991, do tema "A presença da Vida Religiosa na Igreja Particular". O diálogo que se estabeleceu a partir da síntese acima referida, versou sobre as mais variadas questões, desde a Vida Religiosa inserida em meios populares, à necessidade de maior conhecimento de uma Teologia renovada da Vida Religiosa por parte dos candidatos ao sacerdócio, ponto esse para o qual a CRB Nacional, por sua Equipe de Reflexão Teológica, poderá contribuir através da elaboração

de um roteiro de estudos e bibliografia adequada a serem sugeridos aos Srs. Reitores de Seminários no Brasil, por intermédio da OSIB. Os temas "mulher consagrada" e a atuação das Religiosas na pastoral foram igualmente contemplados na conversação. Algumas notícias de interesse eclesial do momento foram comunicadas por Dom Luciano. Às 12hs., encerrando a presente sessão, Irmão Claudino agradece a Dom Luciano e aos outros Srs. Bispos da CNBB pela coragem em orientar a Igreja no Brasil nesse momento difícil, pela abertura e diálogo com a CRB, e pelo exemplo de Pastores que dão ao Povo de Deus no Brasil.

Às 14hs, com a presença somente de Dom Luciano, de Dom Antonio Celso e de Dom Vicente Joaquim Zico, CM, pela CNBB, e da Diretoria e Assessores Nacionais, pela CRB, se realizou, na sede da CNBB, a segunda sessão da Reunião Conjunta. A conversação segue o previsto em Pauta: 1) Reflexão e resposta ao questionário relativo a "MUTUAE RELATIONES". Por ocasião do décimo aniversário desse documento da Sé Apostólica, foi enviada, pelas Congregações Romanas para os Bispos e para os Religiosos e Institutos Seculares, uma Carta aos Presidentes de Conferências de Bispos e de Superiores Maiores, solicitando uma avaliação do acontecido nesses dez anos no tocante à questão das mútuas relações entre Bispos e Religiosos. Dom Luciano sugere que a CRB elabore um texto de resposta a essa mesma Carta, relatando-se o que tem sido feito, neste sentido, entre CNBB e CRB. A Equipe de Reflexão Teológica, da CRB, poderá dar sua contribuição no tocante aos elementos teológicos da resposta. Em dezembro próximo essa mesma resposta deverá ser apresentada à Presidência da CNBB, para, a seguir, ser encaminhada à Sé Apostólica, juntamente com um dossiê de documentos componentes do Relatório solicitado. Sugeriu-se também que, a partir da realidade concreta do mútuo relacionamento entre Bispos e Religiosos no Brasil, e à luz do "MUTUAE RELATIONES", se elabore um Comunicado a ser feito à próxima Assembléia Geral dos Bispos do Brasil. Será um Comunicado Conjunto, da CNBB e da CRB, a ser apresentado por Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, Bispo Responsável pelo acompanhamento à Vida Religiosa no Brasil em nome da CNBB, e por Irmão Claudino Falquetto, FMS, Presidente Nacional da CRB. Esse assunto deverá antes ser introduzido na Pauta do Conselho Permanente da CNBB, no final de novembro próximo, para uma decisão. Essa iniciativa suscitaria, a longo prazo, o ambiente para uma Assembléia da CNBB com o tema central "A presença da Vida Religiosa na Igreja Particular". 2) Seminário de Psicólogos e Vida Religiosa: Pe. Atico Fassini, MS, Assessor Nacional da CRB, relatou o que foi o recente 1º Seminário Nacional de Psicólogos a serviço da Vida Religiosa, com o tema central "Afetividade e Vida Religiosa", em Belo Horizonte, MG. 3) Comunicação sobre o Encontro da Diretoria e Assessores Nacionais com os Presidentes e Assessores Regionais da CRB: Esse Encontro fora encerrado na parte da manhã desse mesmo dia 27 de outubro, em Brasília. Pe. João Edênio dos Reis Valle, SVD, membro da Diretoria Nacional da CRB, apresentou uma síntese do que foi esse encontro, acentuando particularmente o Projeto "PALAVRA-VIDA", elaborado pela CLAR e assumido pela CRB para

os Religiosos no Brasil, por ocasião do V Centenário de Evangelização da América Latina. Esse Projeto, decalcado na Palavra de Deus, tem o objetivo de envolver os Religiosos para que, à luz da Bíblia, aprofundem a vivência de seu ideal religioso a serviço do Povo de Deus na América Latina. Dom Luciano, sublinhando o valor dessa iniciativa, sugere que a CNBB estude esse Projeto para que sirva eventualmente de modelo para um possível Projeto de comemoração do V Centenário de Evangelização do Brasil, nos próximos dez anos, tendo-se a Bíblia como centro de inspiração para a pastoral no Brasil, uma vez que a nossa Igreja tem grande prática nessa linha de trabalho bíblico junto ao nosso povo. 4) Comunicação sobre a Vida Religiosa Contemplativa no Brasil: Irmã Elza Ribeiro PGap, da Assessoria Nacional da CRB comenta o que foi o III PROFOCO (Programa de Formação de Contemplativas), recentemente realizado em Petrópolis, RJ. A CRB tem muito carinho pela Vida Religiosa Contemplativa e se sente chamada a fazer algo por ela. Quanto se saiba, é a única Conferência de Religiosos no mundo que tem um programa de formação no interesse das Contemplativas. Dado o estreito relacionamento entre os Mosteiros de Contemplativas e o respectivo Bispo, a CRB faz questão de apresentar à CNBB um relato do que vem realizando a favor dessa forma de Vida Religiosa. 5) Diversos: Outros assuntos foram comentados na Reunião, entre eles o dos constantes pedidos de ajuda por parte de Religiosos e Religiosas, que tanto a CNBB quanto a CRB recebem de muitos Srs. Bispos. O CERIS, a pedido da CRB, está fazendo uma estatística relativa à Vida Religiosa no Brasil, o que poderá servir à eventual redistribuição de Religiosos para ajuda a Igrejas Particulares mais carentes no Brasil, inclusive no campo da formação de novos Sacerdotes, através de auxílio a Seminários, a nível de magistério teológico ou filosófico tanto quanto a nível de orientação espiritual. Após alguns comentários sobre a primeira sessão da presente Reunião Conjunta, e ressaltando-se mais uma vez, a importância do diálogo entre CNBB e CRB, os trabalhos foram concluídos às 17 hs. Brasília, 27 de outubro de 1988.

Pe. Atico Fassini, MS
Secretário ao hoc

1.º SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICÓLOGOS A SERVIÇO DA VIDA RELIGIOSA

Na Casa de Retiro São José, em BELO HORIZONTE, realizou-se de 10-15 de outubro de 1988, o 1º Seminário Nacional de Psicólogos a serviço da Vida Religiosa, promovido pela CRB Nacional.

A idéia deste Seminário surgiu em setembro de 1986, quando, no mesmo local, a CRB realizou um Seminário sobre o tema "Afetividade e Vida Religiosa", congregando Psicólogos, Moralistas e Orientadores Espirituais para uma reflexão interdisciplinar sobre o assunto. Os Psicólogos então presentes solicitaram à CRB que organizasse o Grupo de Reflexão de Psicólogos a serviço da Vida Religiosa (GRP) e um Seminário Nacional só para Psicólogos. O Presidente Nacional da CRB, Ir. CLAUDINO FALQUETTO, FMS, acolheu os pedidos e, no início de 1987, se viu nascer

o GRP para assessorar a CRB no que toca o interesse da Vida Religiosa em relação à Psicologia. O GRP, constituído de sete membros, sob a coordenação de Pe. ATICO FASSINI, MS, Assessor da Diretoria Nacional, pôs-se logo ao trabalho em duas frentes: elaboração de um texto sobre "Afetividade e Vida Religiosa" a ser publicado em breve, e preparação de um Seminário exclusivamente para Psicólogos sobre o mesmo tema.

Na verdade, o tema é de primeira importância. E muitos são os Religiosos e Religiosas que, pelo Brasil afora, prestam serviço especializado na área da Psicologia, a seus irmãos e irmãs em Vida Religiosa. Era tempo de se encontrarem para o mútuo conhecimento, integração e apoio; para a avaliação da respectiva experiência nesse campo; para o sadio confronto dos quadros teóricos e das técnicas do acompanhamento psicológico praticado; para a potenciação do próprio serviço profissional à clientela religiosa. Tudo isso toma sentido maior quando se considera o objetivo de ajudar a Religiosos e Religiosas a viverem evangelicamente o potencial humano-afetivo que trazem em si, como consagrados a Deus no serviço a seu Povo. Parece cada vez mais relevante o papel a ser desempenhado aqui, pelo Psicólogo, num serviço fraterno entre discípulos do Senhor.

Em base a essa visão, o 1º Seminário Nacional de Psicólogos a serviço da Vida Religiosa foi organizado tendo-se em vista a participação exclusiva de Religiosos e Religiosas Psicólogos que acompanham irmãos e irmãs em Vida Religiosa, nas diferentes Seções Regionais da CRB, para, a partir da própria experiência, tratar do tema "Afetividade e Vida Religiosa" mais uma vez.

Os objetivos do Seminário foram assim estabelecidos:

a) Geral: aclarar a contribuição específica do Psicólogo a serviço da Vida Religiosa, na área da afetividade.

b) Específicos: abordagem de modelos de percepção do dinamismo da vida afetiva (pressupostos antropológicos e psicológicos); análise de técnicas e recursos empregados na atuação do Psicólogo sobre a afetividade na Vida Religiosa; troca de experiências entre profissionais nessa área.

A dinâmica interna do Seminário teve os seguintes elementos:

1) Apresentação do resultado de um Questionário-sondagem sobre o tema, entre Religiosos e Religiosas, Formandos e Formandas: Pe. VICTOR HUGO SILVEIRA LAPENTA, CSSR e Pe. VICTORINO BAQUERO MIGUEL, SJ.

2) Palestras: a) "Pressupostos antropológicos para a Psicologia": Pe. OLINTO PEGORARO, MI; b) "Corrente psicanalítica": Fr. BARRUEL DE LAGENEST, OP; c) "Corrente centrada na pessoa": Ir. HENRIQUE JUSTO, FSC; d) "Corrente rullista": Pe. J. GERALDO KOLLING, SJ; e) "Nós, Psicólogos a serviço da Vida Religiosa": Pe. MANUEL M. R. LOSADA, OM.

Grupos e plenários entremearam intensamente as reflexões dos expositores, sob a coordenação do GRP e a dinamização de Pe. JOSÉ LUIZ CAZAROTTO, SVD.

As vagas para o Seminário foram restritas a 40. Na realidade houve 36 par-

ticipantes: 16 Padres, 2 Irmãos e 18 Irmãs, de 29 diferentes Congregações e representando 14 das 17 Seções Regionais da CRB e a CRB Nacional.

O Seminário resultou num clima de grande comunhão e entreajuda, e na elaboração dos dois textos a seguir: CARTA AOS SUPERIORES E SUPERIORAS MAIORES e CONCLUSÕES.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICÓLOGOS A SERVIÇO DA VIDA RELIGIOSA

CARTA AOS SUPERIORES E SUPERIORAS MAIORES

Saúde e Paz!

Somos um grupo de pessoas consagradas, com formação de psicólogos, atuando a serviço da Vida Religiosa no Brasil.

Estamos terminando nosso I Seminário Nacional, promovido pela CRB. Julgamos valioso trazer aos nossos Superiores Maiores, e seus Conselhos, algumas reflexões. E o fazemos com o intuito de partilhar, descortinar horizontes, balizar caminhos. Nossas reflexões se agrupam em três pequenos temas: a pessoa do psicólogo; a ciência psicológica; o serviço que podemos prestar à Vida Religiosa.

A PESSOA DO PSICÓLOGO

Desde o primeiro momento, este Seminário nos levou a uma séria interpelação acerca de nós mesmos, de "quem somos nós". E, durante todo o tempo, vimo-nos convocados a olhar em profundidade para esta dupla dimensão de Religiosos-Psicólogos, devendo uma resposta-qualidade à Vida Religiosa e ao nosso campo profissional.

Constatamos, com muita alegria, a existência entre nós, de um denominador comum: o desejo de prestarmos, a partir de nossa atividade profissional, um serviço competente à Vida Religiosa no Brasil. Isto requer que nos mantenhamos em diálogo permanente com a comunidade científica, em busca do aprimoramento de nossa eficácia profissional, e com a Vida Religiosa em seu renovar. Vimos o quanto é necessário um sólido embasamento nas áreas de uma antropologia teológica e de uma psicologia da religião. Tarefa exigente, difícil e permanente, mas indispensável para o desempenho seguro no serviço que pessoas e instituições têm o direito de esperar de nós.

Como pessoas-em-processo, acreditamos que só podemos ajudar na árdua tarefa de crescer, pondo-nos, com afinco, nesta mesma caminhada, abraçando com alegria e coragem a vocação de ser-gente, fundamento primordial do ser-gente-consagrada. Em vista disto, salta-nos a urgência de pensarmos com carinho em nossas Famílias Religiosas como lugar de crescimento e do desabrochar de uma Vida Religiosa enquanto resposta autêntica aos desafios e anseios do mundo ao qual, por vocação, somos chamados a dar uma resposta de Vida.

A CIÊNCIA PSICOLÓGICA

Quando nos pusemos em conversação sobre o nosso agir, constatamos a persistência de visões distorcidas no que diz respeito à Psicologia. Tais distorções, ora se apresentam como resistência à Psicologia enquanto ciência, ora

se manifestam na suspeição e no controle de que somos objeto. Curiosamente encontramos também quem desejaria fazer da Psicologia uma salvação para eventuais fracassos ou impasses na área da formação e para a perseverança na vida consagrada. Até mesmo há quem teime em tomar Psicologia e psicólogos como causa maior das dificuldades hoje, na Vida Religiosa em evolução.

Estamos conscientes de que há modelos antropológicos subjacentes às diversas psicologias; e não nos escapou o caráter manipulatório que se esconde em certas demandas de serviço ou na dispensa dos mesmos. Julgamos que qualquer trabalho neste setor, passa por uma análise da demanda de quem pede e por uma real aliança-de-trabalho tanto com a Instituição quanto as pessoas envolvidas.

Estamos convencidos de que nos cabe voltar para a pessoa humana histórica e suas circunstâncias estruturais, a fim de propiciar ajuda às pessoas e às instituições; ajuda para evoluírem através de caminhos mais saudáveis e libertadores da Verdade de Deus em nossa vida e em nossa história. A exemplo de Jesus: uma verdade que é vida mais plena e serviço misericordioso em vista do Reino do Pai. Reinado de Deus, reinado de mais vida.

Ficamos todos de acordo que nos cabe salvaguardar a pluralidade de opções quanto ao estilo de trabalho profissional. Esta pluralidade passa pelo critério da competência e da adequação às pessoas e às situações. Nosso reconhecimento do plural nos faz proclamar que não haverá nenhum método e nenhuma escola psicológica que seja por si solução para nossas questões e dificuldades, nossos desafios e nosso laborioso gestar de uma Vida Religiosa criativa, fiel e libertadoramente evangélica.

SERVIÇO À VIDA RELIGIOSA

Pondo em comum nossas práticas de psicólogos, constatamos que muita coisa boa vem sendo realizada, mormente no campo terapêutico, na área do aconselhamento e do desempenho psicopedagógico. Por outro lado, evidenciou-se uma desproporção entre a demanda de serviços e o que conseguimos abranger, mesmo nos desdobrando. Somos poucos em comparação com as solicitações e também por não estarmos, na grande maioria, exclusivamente entregues a esta atividade profissional.

Entre os muitos desafios que temos pela frente, aparecem os setores que estão a descoberto e que passam a configurar-se como objetivos a serem encarados e encaminhados por todos nós. Citamos o trabalho psicológico preventivo na área também da Pastoral Vocacional, a intensificação dos atendimentos grupais às comunidades constituídas, a elaboração de uma Psicologia bem latino-americana e mais capaz de servir o nosso povo, o atendimento psicossocial às Instituições e grupos de governo da Vida Religiosa, um serviço à Vida Religiosa emergente e junto às pessoas responsáveis pela Formação, assessoria às comunidades inseridas tão promissoras e com seus desafios específicos... Todas estas realidades são problematizadoras para nós, profissionais da Psicologia que, apostando na Vida Religiosa, nos sentimos comprometidos com a busca de caminhos mais propícios para sua encarnação no chão

de nossa história. Foi o próprio Deus quem escolheu o tempo da história e a pessoa humana para ser sua mais perfeita revelação! E nós queremos também dizer nossa fé na pessoa humana e no tempo histórico que é o nosso, comprometendo-nos com a salvação das pessoas e desta história.

CONCLUSÃO

Através da força convocatória da CRB, tivemos uma oportunidade até agora inédita para nosso confronto de irmãos e de profissionais. Registramos nosso agradecimento à CRB. Com afeto igual, senão maior, manifestamos aos Superiores e às Superioras o apreço pelo apoio a este serviço exigente e necessário à Vida Religiosa.

Desejamos que o diálogo se intensifique com nossas Congregações e o entendimento abra sempre espaço de carinho, compreensão e apoio explícito.

Saudações no Senhor Jesus.

Participantes do I Seminário Nacional de Psicólogos Religiosos.

Belo Horizonte, 15 de outubro de 1988.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICÓLOGOS A SERVIÇO DA VIDA RELIGIOSA

CONCLUSÕES

Nós, Religiosos psicólogos, reunidos em Seminário Nacional promovido pela CRB, em Belo Horizonte, na data de 10 a 15 de outubro de 1988, para mútuo conhecimento, estudo e troca de experiências, constatamos que:

1º) Os Religiosos psicólogos estão prestando diversos serviços profissionais à Vida Religiosa, tais como: orientação vocacional, assessoria à formação inicial e permanente, aconselhamento e atendimento clínico individual e grupal.

2º) É oportuno estender às Congregações que o solicitem, nosso serviço à área preventiva, ao acompanhamento de grupos e comunidades, e à análise psicológico-institucional.

3º) Diversos Religiosos psicólogos atuam em meios populares, serviço este que deve ser ampliado e aprofundado pelo estudo da realidade popular latino-americana no enfoque psico-social.

4º) Somos chamados, como psicólogos, a prestar um serviço sempre mais qualificado às novas formas de Vida Religiosa emergente na América Latina, hoje.

5º) A forma de vivência da afetividade e da sexualidade na Vida Religiosa requer constante esclarecimento, reflexão e encaminhamento adequado.

6º) A crescente procura da Vida Religiosa e sacerdotal por parte de pessoas com problemas de homossexualidade, muitas delas admitidas em casas de formação e seminário, nos preocupa e postula critérios mais adequados de seleção e acompanhamento.

7º) Há necessidade de se continuar o processo de humanização de alguns aspectos comunitários e institucionais da Vida Religiosa.

8º) Existem diferentes posturas por parte de pessoas e instituições religiosas face à prática psicológica, posturas que vão desde a confiança e o apoio,

até à indiferença, à oposição e à manipulação.

Diante deste quadro propomos:

1º) Em relação aos Religiosos psicólogos:

a) Reforçar o clima de mútuo conhecimento e colaboração, expandindo-o entre os colegas que não participaram deste Seminário.

b) Atuar junto às Comunidades Religiosas no sentido de ajudá-las a crescerem num contexto de vida pessoal e comunitária cada vez mais saudável e favorável à vivência da consagração religiosa como sinal do Reino na realidade latino-americana.

c) Dedicar-nos ao atendimento grupal de Religiosos e de populações carentes, integrando equipes interdisciplinares formadas por profissionais de áreas afins.

d) Buscar sempre maior embasamento no campo da antropologia social, filosófica e teológica.

e) Estudar a viabilidade da criação de uma Associação Nacional de Religiosos Psicólogos para, através da promoção de encontros, estudos e troca de experiências, assegurar nosso constante aperfeiçoamento profissional.

2º) Em relação à CRB:

a) Que a CRB Nacional:

1 — Promova, com a assessoria do GRP Nacional, outros Seminários com indicação de tema e preparação dos mesmos por parte de todos, através do estudo de subsídios fornecidos pelo mesmo GRP. Sugerimos para o próximo Seminário, daqui a dois anos, o tema "Análise psicossocial de nossas instituições religiosas (grupos e estruturas)".

2 — Crie um veículo de comunicação entre Religiosos psicólogos a nível nacional.

3 — Solicite ao GRP Nacional o encaminhamento de pesquisas na área da Psicologia aplicada à Vida Religiosa.

b) Que as Seções Regionais da CRB:

1 — Organizem o GRP Regional ou Interregional, para maior integração e crescimento profissional dos Religiosos Psicólogos residentes na região.

2 — Organizem o cadastro nominal dos Religiosos Psicólogos que atuam na região.

Belo Horizonte, 15 de outubro de 1988.

SUBSCREVEM:

01. Ir. Rosa de Lima Pereira, RSCM
02. Pe. Sebastião Braz da Silveira, SDN
03. Fr. Joaquim Caldeira de Oliveira, O.CARM.
04. Ir. Tomasa Martínez Robles, CC
05. Pe. Guilherme Morales, SDB
06. Ir. Alaíde da Silva, FSJ
07. Pe. Agenor Sbaraini, CS
08. Ir. Dalva das Dores Tomazini, MC
09. Ir. Ninfa Becker, FSP
10. Frei Hipólito Martendal, OFM
11. Ir. Leda Corso, C.I.C.A.F.
12. Ir. Luiza Leonida Bolzan, SDS
13. Ir. Heldiza Costa de Queiroz Lima, IMC
14. Ir. Teresinha Mendonça Del' Acqua, OSF
15. Pe. Claudio José Steffens, CSssR
16. Ir. Marlise Hendges, ICM
17. Ir. Gelza Maria Freitas Ribeiro, STS

18. Ir. Regina Maria Meireles, FMA
19. Ir. Ruth Matos de Morais, Sacramentina
20. Pe. Miguel O'Looney, CSSp.
21. Ir. Ma. da Conceição Galvão Ribeiro, IFHIC
22. Ir. Anyr Maria Mezzomo, Palotina
23. Ir. Ma. Célia de Barros Calixto, SSS
24. Ir. Eide de Bortoli, FSP
25. Fr. Afonso Bezerra de Oliveira, OFM. Cap.
26. Ir. Maria do Céu Silva, IMC
27. Ir. Henrique Justo, FSC
28. Pe. Geraldo Kolling, SJ
29. Pe. Dalton Barros de Almeida, CSSR
30. Pe. José Luiz Cazorotto, SVD
31. Pe. Manuel Maria Rodriguez Losada, OM
32. Pe. Victor Hugo Silveira Lapenta, CSSR
33. Pe. Victoriano Baquero Miguel, SJ

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO: CANONIZAÇÃO DA SUA FUNDADORA

No dia 11 de dezembro de 1988 foi proclamada oficialmente pelo Santo Padre, a Santidade da nossa Fundadora, Maria Rosa Molas. A Madre Molas nasceu em Reus (Tarragona), Espanha, em 1815 e faleceu em Tortosa em 1876. Em 1857 fundou em Tortosa a Congregação das Irmãs de N. Sra. da Consolação.

"Maria Rosa Molas entendeu o "Vem e segue-me" de Jesus como um chamado a viver com Cristo e como Cristo, a radicalidade do amor; deixou-se cativar e possuir pelo amor a Deus. Um amor que nela se fez compaixão, ternura, bondade, companhia, misericórdia, doação de si mesma aos homens necessitados. Tudo foi muito simples em seu caminho de santidade. Em contato com a dor, a pobreza, a solidão e a ignorância de tantos homens e mulheres de seu tempo, sentiu palpitar em seu ser a compaixão de Cristo: "Tenho pena deste povo" (Mt 8,2). Em sua alma se mescla o grito angustiante do homem que sofre, e o Mandamento do Amor. "Tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber, era estrangeiro e me acolhestes, estava nu e me vestistes, enfermo e me visitastes... Tudo quanto fizestes a um destes irmãos a mim o fizestes" (Mt 25,31-40).

Maria Rosa Molas entendeu que só o amor salva, redime, consola, por isso entregou-se a si mesma, doou-se totalmente aos demais por amor. Este foi seu caminho de santidade e esta é sua mensagem espiritual para nós." (Da carta da Superiora Geral por motivo da Canonização de M. Rosa Molas).

No dia 4 de outubro de 1974, o Papa Paulo VI assinou o decreto da heroicidade das suas virtudes. Em 8 de maio de 1977, ao declará-la Beata, o Papa a definiu como "Mestra em Humanidade" que "viveu o desafio humanizante da Civilização do Amor".

As Irmãs de N. Sra. da Consolação continuamos o Carisma e a obra iniciada por Maria Rosa Molas levando a Misericórdia e a Consolação de Deus ao campo assistencial, beneficente, educativo, social e missionário na Espanha, Itália, Bélgica, Portugal, Venezuela, Argentina, Chile, Equador, Burkina Fasso e Coréia do Sul. A nossa chegada ao

Brasil foi em 1949. Atualmente estamos presentes em São Paulo, Ibirarema (SP), Campinas (SP), Belo Horizonte, Areado (MG) e Mata (RS).

Irmãs de N. Sra. da Consolação

BREVE RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE SAÚDE COM RELIGIOSOS QUE TRABALHAM A SERVIÇO DA SAÚDE

De 25 de agosto a 1º de setembro de 1988 realizou-se, na cidade de Petrópolis, Brasil, o Primeiro Seminário Latino-americano de Saúde, para religiosos que trabalham na saúde. Participaram 62 religiosos e religiosas de 16 países. Este Seminário foi convocado pela CLAR através das Conferências Nacionais de Religiosos e preparado pela CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) com o tema:

A MISSÃO PROFÉTICA DO RELIGIOSO A SERVIÇO DA SAÚDE.

O Seminário teve início com a exposição de experiências de comunidades que abriram caminho através de projetos comunitários de serviço à saúde e também com uma visita a lugares de trabalho direto com comunidades da periferia do Rio de Janeiro e de Petrópolis. Sobre essa base se fez a reflexão sociológica e teológica com o acompanhamento de dois assessores.

O Seminário permitiu colher e sistematizar os diversos caminhos que os religiosos vêm trilhando a serviço da saúde. Dessa maneira pôde-se iniciar um processo em nível Latino-americano no qual se articulam os esforços que se empreendem nos diferentes países. O primeiro fruto deste Seminário se encontra explícito no objeto geral que todos os participantes assumiram:

PROMOVER E DEFENDER A VIDA EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES, A PARTIR DOS POBRES, MEDIANTE UMA AÇÃO PROFÉTICA EM VISTA DA LIBERTAÇÃO DO POVO LATINO-AMERICANO.

Esta nova compreensão do conceito SAÚDE nos ajuda a avançar cada vez mais desde um serviço mais assistencial a um serviço de promoção da saúde em todas as suas dimensões. O Seminário chegou a constatar que, sendo muito grande o número de religiosos e religiosas a serviço da saúde, é tarefa urgente comprometer neste processo as próprias Congregações Religiosas e as Conferências Nacionais de Religiosos, bem como colaborar com as Igrejas locais na dinamização deste desafio a favor da defesa da vida, o que já se dá em alguns setores organizados em todo o continente latino-americano.

Esperamos que sob o impulso do Espírito e articulando esforços e buscas através de nossas Conferências Nacionais de Religiosos, possamos seguir fazendo caminho de libertação, sendo fiéis a Deus e ao povo empobrecido.

Secretaria do Seminário

CRB — PORTO ALEGRE

NOVA EVANGELIZAÇÃO
NA AMÉRICA LATINA

Aproximando-nos de 1992, o quinto centenário de presença e evangelização da Igreja na A.L., a conjunção de importantes sinais históricos — a tomada crescente de consciência dos povos latino-americanos, a luta por libertação e transformação e por reconhecimento étnico e cultural etc. — faz com que a questão da evangelização, ligada à libertação e à inculturação, se torne cada vez mais polêmica e fecunda em preparação à IV CELAM (Sto. Domingo, 1992), na linha mesma proclamada pelo Papa "Uma nova evangelização: nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão" (Discurso à XIX Assembléia do CELAM em Sto. Domingo, 1986).

"Nova Evangelização": Certamente não mais uma re-evangelização segundo a antiga evangelização, o que seria reduzir os sinais dos tempos em celebrações triunfalistas e inverídicas. Nem, certamente, um mero "reforço" na evangelização que vinha sendo feita, o que reduziria a evangelização a um projeto restaurador, reformista e clerical. Mas uma evangelização "convertida", que passe ela mesma por um processo de libertação depois destes 500 anos. "Conversão e inversão do projeto de evangelização": em que sentido?

1. Dois projetos de evangelização "?"

Na A.L. conflitam dois projetos de evangelização, decorrentes de duas percepções do mundo humano, de duas eclesiologias, duas cristologias...

1.1. O primeiro projeto é de **restauração** e de criação de uma **néo-cristandade.** Parte da constatação da ignorância religiosa do povo, da falta de vocações sacerdotais, da falta de disciplina e doutrina, da ameaça do marxismo à ortodoxia, de heresias e seitas. A solução aponta para catecismo (universal!), direito canônico aplicado e extrapolado, nomeações estratégicas, movimentos de espiritualidade transnacionais e transdiocesanos. Esse projeto supõe que o povo todo seja católico, mas que se "atrapalhou" e se esqueceu disso com o impacto da modernidade e das seitas religiosas. Por isso será necessário voltar, reavivar, purificar, fortalecer. Essa restauração faz ponte com o atual centralismo romano, com o projeto "Evangelização Ano 2000" (Lumen) e com métodos vindos de fora, de cima: evangelização **com poder.** Em termos culturais, segue uma mentalidade "culturalista" de alguns grupos do Cone Sul, apoiado pelo CELAM, confundindo evangelho com cultura e atribuindo à cultura barroca colonial o título de cultura cristã da América Latina, quando, na verdade, trata-se da cultura dos colonizadores sob a qual os indígenas e negros foram martirizados e que nunca a assumiram.

1.2. O segundo projeto é de **libertação** e de **inculturação**: Preparado pelo próprio Concílio e aqui encarnado por Medellín e Puebla, este projeto parte de uma realidade mais ampla que não coincide simplesmente com a Igreja: parte da constatação do etnocídio e genocídio histórico dos povos indígenas e negros, da sujeição, dependência, opressão e empobrecimento que, a nível econômico, político e cultural, desfiguram os povos latino-americanos. A fé cristã desperta da evangelização que foi cúmplice e alienadora a partir do próprio povo que aspira por libertação e reconhecimento é, ao mesmo tempo, en-

carnação das grandes intuições da LG, GS e AG e novidade histórica para a própria eclesiologia: O "Povo de Deus" é aqui a Igreja dos pobres, onde o pobre, vivendo em comunhão e participação, é "sujeito" comunitário da Igreja. E a relação ao mundo, que no Vaticano II é relação de diálogo e compreensão dos grandes interlocutores — as igrejas e outras religiões, a modernidade atéia e as culturas para as quais a igreja se sente enviada a evangelizar como sinal e instrumento de salvação — torna-se aqui a "evangélica opção preferencial pelos pobres", pobres na condição concreta de empobrecimento político, econômico, cultural, dentro de um sistema fáustico que o espolia. Aqui a Igreja quer ser sinal e instrumento **histórico** de **libertação** e de inculturação da fé e da vida eclesial. Enquanto na Igreja universal buscou-se, desde o Concílio, uma nova linguagem, uma abertura dialogal da Igreja para com o mundo, aqui, isto se concretiza num deslocamento social, político e econômico, para uma nova postura de escuta e de prática desde os pobres e culturas não ocidentais. É evidente que este projeto interessa o povo. Como viabilizá-lo? Queremos, aqui, apenas enunciar algumas indicações:

2. Evangelização e história

A evangelização acontece dentro de um processo histórico. Sempre que o evangelizador esquece isto, julga-se um "absoluto", dono de toda a verdade. O outro, o diferente, deve ser reduzido à verdade do evangelizador. O resultado é violência e anti-evangelho. E na A.L. os resultados estão aí. O outro é o que é porque tem uma história, tem razões de ser assim. E também o evangelizador tem a sua história, carregando consigo sua oferta e seus limites. Por isso, o primeiro passo para uma evangelização começando por conhecer melhor a história da evangelização. Na A.L. podemos estudá-la segundo, ao menos, dois grandes modelos sociais e eclesiais:

a) Evangelização dentro do projeto colonial e imperial, o "orbis christianus" ou "cristandade colonizadora", unidade contraditória de cruz e espada cujos efeitos perduram na A.L.

b) Evangelização no projeto restaurador romanizante, de cunho clerical mais independente, mas centralizador e portador de problemas europeus (protestantismo, modernidade atéia etc.), projeto até hoje incapaz de perceber e levar a sério na evangelização o drama do povo pobre e oprimido. Antes, busca os "culpados intelectuais" pela agitação do povo.

Os últimos vinte anos intentam uma arrancada para um novo período histórico, que comporta uma nova evangelização:

3. Evangelização no projeto de libertação e inculturação

Falar de "libertação" é lembrar o povo pobre e oprimido, a quem pertence o evangelho. É falar de ruptura e evangelização na sociedade de classes. Falar da inculturação, é falar do "outro" como alteridade cultural, interlocutor do evangelizador, num contexto pluri-étnico e pluricultural, onde o evangelho só pode ser vivido como "boa notícia" se se expressar de modo inculturado.

Quais os passos e métodos para uma evangelização real e eficaz em ambos

os casos? Levando em conta, sobretudo, que na A.L. libertação e inculturação se entrecruzam e possuem muita coincidência: a cultura popular é a amálgama de culturas do passado e do presente, de modo fragmentado e machucado por fragmentos da cultura dominante. É, unindo as duas realidades numa só, a "cultura dos pobres". Sem levar em conta a cultura dos pobres não haverá evangelização na A.L.

Será necessário, pois, estudar a relação entre fé e cultura, a relação das pessoas de diferentes culturas, sem precisar negar suas culturas, e quais passos de evangelização, gradativamente e/ou concomitantemente devem acontecer, para uma evangelização aculturar o evangelho de tal forma que o interlocutor do evangelizador o receba criativamente, inculturando-o e expressando-o em sua própria pele cultural. Isso supõe renúncia à mistura e coincidência de evangelho e cultura, supõe renúncia à pretensão de superioridade cultural. Mas, relacionando a libertação do pobre com a inculturação do evangelho, supõe que o evangelho seja enunciado também sem superioridade econômica ou política, **sem poder,** mas na solidariedade e na partilha do mundo dos pobres. A mudança social e a inserção são pressupostos para a evangelização, "loucura para os gregos e escândalo para os judeus".

4. Alguns critérios para uma nova evangelização

Será importante concluir com alguns critérios norteadores da prática evangelizadora, de tal forma que sirvam de juízo crítico e criativo.

a) Elementos **teológicos** como a "trinitariedade" da evangelização, o envio "comunitário" de Deus na história evangélica: O Pai envia o Filho e o Espírito, e estes portam o que é do Pai. O Filho confia ao Espírito, e o Espírito ensina o que é do Filho.

b) Elementos **eclesiológicos,** como a "comunitariedade" da evangelização, produzida desde a comunidade e para a comunidade, à imagem da Trindade.

c) Métodos coerentes com os valores evangélicos: "Quem quer, portanto, levar a fé aos infiéis com o estrépito das armas, nega com os fatos o que intenta persuadir com as palavras" (Domingo de Soto — In IV Sententiarium, dist. 5, art. 9).

d) Evangelização a partir do outro, de sua vida, de seus fatos, como ponto de partida do círculo hermenêutico do próprio evangelho e da tradição religiosa, da organização comunitária, etc.

e) Evangelização processual, que respeite os momentos históricos, os sinais dos tempos e a necessária incompletude do processo.

f) Evangelização que leve em conta, na A.L. a religiosidade popular, peculiar ao povo pobre, com suas relações afetivas primárias, símbolos etc.

g) Evangelização que entrose práxis, palavra, conscientização e celebração.

h) Evangelização que aconteça a nível de **massa,** de **povo** e de **comunidades.**

Estes critérios podem ser mais importantes ou menos importantes, e, sobretudo, podem ser aperfeiçoados para que possam ganhar operacionalização. Como

em tudo, na evangelização, este subsídio está aberto ao diálogo.

BIBLIOGRAFIA recomendada:

1. A.A.V.V. — Da Conquista ao Descobrimento. 500 anos de Evangelização na América Latina — REB 47 (março/1987) Vozes (mais completo em livro: PAULO SUESS e OUTROS — Queimada e Semeadura. Vozes, 1988).

2. TABORDA, Francisco — Da Inserção à Inculturação — CRB/1988.

3. AZEVEDO, Marcello de Carvalho — Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da fé. Loyola/1986.

4. IDEM — Evangelização, Inculturação e Vida Religiosa. Convergência 23 (1988) nº 209, pp. 33-46.

5. É necessário ter presente os Documentos Conciliares: GS, LG, AG e o Documento EN.

Equipe de Reflexão Teológica da CRB Regional de Porto Alegre, Porto Alegre, julho/1988. □

O elogio, a retificação, a promessa

Bíblia — "Bem-aventurado és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi carne ou sangue que te revelaram isto, e sim o meu Pai", Mt 16, 17.

Leitor — O *elogio*. Só o discípulo, aquele que é íntimo de Jesus, tem inteligência e abertura para sua divindade e sua messianidade. Só quem ama, crê. O amor dá uma grande capacidade de intuição. E, ademais, chega-se à fé por iniciativa de Deus e não por força de raciocínio lógico.

Bíblia — "Arredata-te de mim, Satanás! Tu me serves de pedra de tropeço, porque não pensas as coisas de Deus, mas as dos homens", Mt 16, 23.

Leitor — A *retificação* para Pedro e a coerência retilínea de Jesus. Observe a dialeticidade da História. Ela caminha na fraqueza do homem e na sabedoria de Deus. Não basta, pois, ver para crer. É preciso ver de joelhos. Crer, portanto, para ver.

Bíblia — "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja, e as portas do Inferno nunca prevalecerão contra ela", Mt 16, 18.

Leitor — A *promessa*. O reconhecimento antecipado da lealdade até a morte, da adesão incondicional. Os dons de Deus são sem arrependimento. São para sempre (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

COMUNICAÇÃO
PARA A VERDADE E A PAZ

CAMPANHA DA FRATERNIDADE — 1989

A Verdade como norma da Comunicação é a condição fundamental para se alcançar a Paz. Verdade e Paz são os objetivos em qualquer processo de Comunicação.

Pe. Dagoberto Boim
Brasília, DF

A Campanha da Fraternidade vem se constituindo, no período quaresmal, um tempo extraordinário de evangelização em nosso país. Ela pretende promover a fraternidade em todos os ambientes sociais, como o primeiro caminho de conversão para os cristãos.

A evangelização, através da CF, se realiza a partir de um tema que toque profundamente a vida das pessoas, a estrutura da sociedade e a própria ação da Igreja. A Campanha quer ser também um instrumento de ajuda para viver o sentido pleno da Quaresma, num processo de conversão contínua, que, partindo do coração se expressa na vida concreta de cada dia.

A CF deve ir além das celebrações litúrgicas, estendendo-se aos grupos de reflexão, em dias de estudo e debates, chegando a todos os ambientes da vida social. Por isso, ela deve ser um forte apelo à criatividade evangelizadora das comunidades, dos grupos, das escolas, dos movimentos e dos organismos eclesiais.

Tema

A CF deste ano — Fraternidade e Comunicação — apela para dois aspectos da realidade da Comunicação. O primeiro é o da comunicação como tal, e se refere ao modo de as pessoas se relacionarem e intercambiarem valores e idéias, tanto na comunidade eclesial como na sociedade. Comunicação e fraternidade andam juntas. A comunicação aproxima as pessoas e contribui para que adquiram consciência mais profunda da vida comunitária. A CF quer questionar a comunicação na Igreja e o testemunho de seu diálogo e comunhão dos cristãos entre si e no seu relacionamento com o mundo.

"A Boa Nova exige uma conversão, uma mudança, não apenas na mente e no coração das pessoas, mas em suas atitudes, relações, instituições, estruturas sociais. A fé exige adesão das pessoas, mas gera, ao mesmo tempo, uma nova realidade social e cultura, tende a transformar a sociedade e a cultura" (Doc. CNBB, 40, Paulinas, 1988, p. 18).

O segundo âmbito a ser atingido pela CF é o universo dos modernos Meios de Comunicação Social — MCS — que tanto se desenvolveu nos últimos 40 anos e tende a desenvolver-se muito mais. "Os próprios Meios de Comunicação Social constituem um outro desafio para a evangelização. Eles têm, e terão mais ainda, um grande poder de influência sobre toda a população. Cabe à Igreja posicionar-se diante deste avanço técnico e social e da transformação cultural que representa. Ela precisa contribuir para a formação ética dos profissionais dessa área e lançar mão desses meios de comunicação a serviço do Evangelho" (Doc. CNBB, 40, p. 103). A CF apela para que a Comunicação de Massa produza fraternidade, aproxime pessoas, construa comunidades e elimine barreiras e expresse solidariedade (Cf. João Paulo II, mensagem para XXII Dia da Comunicação, em 15/05/1987).

Neste segundo âmbito, a CF quer ainda despertar a consciência crítica do receptor no uso dos mídia, como atitude interior necessária para a Comunicação da Verdade e da Paz.

Lema

Comunicação para a Verdade e a Paz. A Verdade como norma da Comunicação é condição fundamental para se alcançar a Paz. Os mídia são ampliadores dos processos pessoais, grupais e comunitários de comunicação. Como eles unem, podem, também, destruir, desunir e criar preconceitos. Verdade e Paz são os objetivos a serem alcançados em todo o processo de comunicação criadora de fraternidade. "A história da missão da Igreja é a história do encontro entre o anúncio do Evangelho e a acolhida que pessoas, grupos, sociedade e culturas lhes oferecem. O encontro pode ser pacífico; outras vezes se torna choque, conflito, rejeição, perseguição. Muitas vezes surgem atitudes contraditórias; a mensagem evangélica divide. O encontro pode tornar-se mais difícil porque os mensageiros do Evangelho, esquecendo o exemplo do Mestre, usam da violência para impor uma mensagem de paz, ou se tornar contratestemunho, inclusive pela sua própria desunião e o desentendimento acerca dos caminhos da própria missão" (Doc. CNBB, 40, p. 19).

A comunicação na sociedade

A comunicação é um fenômeno essencialmente humano. "É a co-participação dos sujeitos no ato de pensar... implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado. Impedir a comunicação equivale a reduzir a pessoa à condição de coisa" ("Comunicação e

cultura: as idéias de Paulo Freire", Lima, Venício Artur, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 59).

Sem a relação de comunicação, seja interpessoal ou grupal, entre sujeitos cognoscentes, com referência a um objeto cognoscível, o ato de conhecer não existiria. Pois, a comunicação não é uma simples transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. O que caracteriza a comunicação enquanto este ato comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo.

A comunicação significa co-participação dos Sujeitos no ato de pensar, que o objeto de conhecimento não pode se constituir no termo exclusivo do pensamento mas, de fato, é seu mediador, e que o conhecimento é construído através das relações entre os seres humanos e o mundo. Através da comunicação as pessoas criam conhecimento juntas, ao invés de transmitilo, dá-lo ou impô-lo. Ela é uma interação entre sujeitos iguais e criativos, e seu fundamento está no diálogo.

A comunicação se verifica entre os diversos grupos e pessoas na sociedade: família, bairro, grupos de trabalho, organizações sociais e políticas. Nestes grupos, a comunicação nem sempre é verdadeiramente fraterna, igualitária, respeitadora do outro.

A comunicação é expressão da pessoa humana enquanto produz cultura e se orienta segundo os valores de sua dignidade, feita à imagem e semelhança de Deus. Por isso mesmo, a comunicação e o uso que se faz dos MCS devem ser avaliados e julgados a partir do projeto de Deus sobre a pessoa humana.

Comunicação Social

A Comunicação Social é comumente atribuída aos grandes e modernos Meios, como a televisão, o rádio, o cinema, a imprensa. O próprio termo Comunicação Social nasceu com estes grandes Meios e com eles se tornou conhecido, a tal ponto de se confundirem, como se fossem sinônimos. Dada a sua dimensão e alcance são, também, chamados de Meios de Comunicação de Massa. No estágio atual do uso dos grandes Meios há uma ruptura total entre o emissor e o receptor. O emissor é uma empresa, o governo, um grupo político ou religioso, e receptor é o público. O público é anônimo, disperso e heterogêneo. É uma comunicação para todos e para ninguém em concreto. Nessa situação não há verdadeira comunicação dentro da sociedade, porque não há circulação do que se comunica.

Esses Meios de Comunicação apresentam riquezas indispensáveis, tais como: registrar e difundir dados que fornecem elementos para analisar o mundo, criar linguagens novas e próprias, manifestar solidariedade em momentos de catástrofes, mobilizar o povo em função de legítimas aspirações da sociedade e promover valores culturais, cívicos, religiosos. Eles reduzem as barreiras do tempo e espaço e atuam como fatores de proximidade e comunhão. Através

deles, notícias e conhecimentos circulam continuamente. Por eles novas oportunidades surgem na divulgação do ensino em todos os níveis, novas oportunidades contra o analfabetismo. Contribuem, também, para a promoção e libertação humana nos países menos desenvolvidos. Podem estabelecer e preservar maior igualdade entre os homens, de modo que todas as camadas sociais usufruam dos mesmos benefícios culturais e recreativos. Enriquecem a pessoa, colocando-a em contato, pelo som e pela imagem, com a realidade concreta, dando-lhe a possibilidade de reviver situações passadas. Colocam mais rapidamente à disposição de todos, os benefícios da sociedade (cf. Communio et Progressio, n. 20).

Os grandes Meios de Comunicação se desenvolveram no século XX e acompanharam, ora como causa, ora como efeito, a industrialização dos sistemas capitalista e socialista. Nasceram e ainda se conservam como "meios de elite", sobretudo a "elite do poder". Assumiram caráter político, ideológico e econômico. Favorecem um projeto de sociedade de acordo com as vantagens do poder estabelecido e das corporações transnacionais. Dessa forma os MCS não respeitam a liberdade e autonomias culturais, promovendo uma verdadeira invasão cultural. Influenciam em mudanças substanciais na visão do mundo dos leitores, ouvintes e espectadores. Induzem a comportamentos alheios aos valores, até então, considerados válidos e aceitos; amortecem a consciência crítica frente à frente à exploração das relações entre capital e trabalho; desviam a atenção do povo de pontos de vital importância para a verdadeira libertação do homem e o real progresso da sociedade. Esta invasão cultural dos MCS acaba levando a uma padronização da cultura, destruindo aquelas que não têm acesso aos mesmos Meios, relegando-as a produto de segunda categoria, ou de inferioridade ou primitivismo. "A modernidade dispõe de um poder de expansão como nenhuma cultura antes dela: o próprio instrumental tecnológico, a informática e os grandes meios de comunicação. Através deles, a modernidade se sobrepõe à cultura popular e às culturas das diversas etnias que podem ser perturbadas e até absorvidas pela avalanche da cultura moderna" (Doc. CNBB, 40, p. 102).

Comunicação popular-alternativa

Em relação aos meios de Comunicação Social constata-se que eles não abrem espaços para a participação popular. A Comunicação Popular — do povo para o povo — nasce das necessidades dos grupos, movimentos populares e instituições, com o objetivo de ampliar as informações e o relacionamento entre seus membros. Para isso são criados boletins, jornais de bairro, folhetos e outras formas de publicações populares.

A Comunicação Popular-Alternativa é expressão de um projeto social que visa a transformação da sociedade, para a justiça e a fraternidade. Em sua produção, o relacionamento das pessoas envolvidas no processo e a mensagem resul-

tante refletem uma prática social transformadora. Parte sempre do ponto de vista dos setores populares e os mantém informados quanto ao que se passa com eles e com o mundo que lhes diz respeito. É essencialmente horizontal e dialógica.

Nesta experiência foram documentadas práticas de organização e experiências de lutas importantes do movimento popular por este Brasil afora e a cada dia cresce o número dos que buscam informações, assessorias, cursos de formação, com a consciência de que não basta a boa vontade para se trabalhar na área da comunicação.

Por fim, pode-se afirmar que nem toda Comunicação Popular, é Alternativa. Esta não se reduz à mera crítica do sistema dominante, mas apresenta propostas alternativas para uma nova convivência social.

Dimensão ética

A pessoa nasce de uma comunicação de amor. Nasce dentro de um mundo já existente. Dele recebe estímulos, informações, dando também sua contribuição. Relaciona-se com seu mundo de uma maneira crítica, descobre a sua própria temporalidade, mas também a transcende. Nesta ação mútua vai se formando a personalidade de cada um. Como ser social, cada pessoa é um ser em comunicação. É na comunicação que a pessoa se afirma e expressa sua liberdade e abertura, características do ser humano. Esta abertura para a auto-realização é a marca inicial da liberdade, que só se torna plenamente realizada no reconhecimento e promoção do outro.

A ética fundamenta os princípios do agir humano dentro dos valores que garantem os direitos da pessoa, a construção de uma sociedade justa e solidária, a verdade e a paz. A dimensão ética na Comunicação Social atinge não só relacionamentos interpessoais, mas envolve aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos.

Entre os temas que se relacionam com a questão da comunicação estão: políticas da comunicação; MCS e cultura; informações manipuladas, distorcidas ou errôneas; divulgação de matérias contrárias à dignidade da pessoa humana, como: o racismo, discriminação religiosa, social ou política, pornografia e a exploração da mulher e da criança na publicidade; utilitarismo e o estímulo à corrupção e outros.

Direitos básicos

As sociedades de tradição liberal, entre as quais está o nosso país, concebem a comunicação baseada em 4 direitos fundamentais: direito à informação; direito de opinião; direito ao pluralismo cultural; direito à livre iniciativa. Tais direitos, porém, devem ser confrontados com critérios evangélicos, para que de fato, construindo a comunicação, construam, também, a fraternidade e a paz entre os homens.

O direito à informação deve ser concebido com uma dimensão de um direito mais fundamental: o direito à comunicação. Todas as pessoas e grupos sociais são chamados

e têm o direito de serem sujeitos de seus próprios processos de comunicação e participarem na produção dos bens culturais. Não se justifica, pois, o abuso e a manipulação da comunicação pelo poder econômico e político.

O direito de opinião abrange o direito de cada pessoa formar sua própria consciência crítica. É dever de toda a sociedade favorecer esta formação para que todos tenham condição de receber, adequadamente e com liberdade, as mensagens anunciadas. Inclui, também, o direito de participar na formação da opinião pública.

O direito ao pluralismo cultural inclui o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento das culturas locais, regionais ou marginalizadas. O pluralismo cultural impõe aos MCS o dever de discutir os grandes problemas que afetam a vida do povo, buscando soluções que satisfaçam os interesses populares e não apenas os do Estado e das grandes corporações.

O direito à livre iniciativa, decorrente do direito à informação, deve ser garantido, não porém sem resguardar o direito da comunidade em fiscalizar o uso social que se faz dos Meios de Comunicação. Todos os veículos de comunicação de qualidade técnica e de serviço ao povo, estabelecidas por lei, devem ter tratamento igual.

A Comunicação é um bem social, sem proprietários ou usuários exclusivos. Quem detém o controle dos Meios eletrônicos (como rádio, televisão), ou sua propriedade legal (meios impressos, bancos de dados), exerce uma função e delegação social. Ele não pode considerar-se dono absoluto da verdade que lhe interessa anunciar, ou até impor, através de ardilosas seduções publicitárias. Não se trata apenas de uma política de defesa do receptor, mas de uma política de participação na produção, veiculação e "consumo" da Comunicação Social.

Não se quer para a área da Comunicação uma censura entendida como controle arbitrário, seja da parte do governo, seja da parte de grupos econômicos ou ideológicos. Critérios que ultrapassem as simples regras internas e alcancem a verdade do homem sobre o homem são necessários, em razão do qual existem as ciências e a técnica.

Muitas vezes os receptores são lesados em sua liberdade de escolha e decisão. São levados a uma atitude de aceitação da moda e das necessidades impostas por um materialismo que, ao incentivar o consumo, leva a consciência ao vazio. Raramente os receptores têm como se defender.

Um dos elementos importantes a se considerar na relação Comunicação e Ética diz respeito à utilização da violência e da exploração da sexualidade como conteúdo dos MCS. Há proprietários de MCS que se justificam com argumentos: "Não divulgamos a violência nem exploramos indevidamente o sexo. Simplesmente reproduzimos a sociedade. Esta, sim, é competitiva, violenta e exploradora dos senti-

mentos". "Os MCS não influenciam os consumidores, pois todos, indistintamente, selecionam seus programas e produtos culturais. Possuem juízo crítico suficiente para distinguir o que é realidade do que é ficção. Por outro lado, se a Igreja quer programas não violentos e respeitadores da sexualidade humana, que faça os seus".

Nenhum dos argumentos acima citados são justificados. Se a justificativa é a sociedade violenta, que os veículos se coloquem no lugar social dos violentados, dos empobrecidos, dos marginalizados, dos favelados, dos pequenos agricultores, dos trabalhadores, dos índios, dos negros. Se o argumento é a necessidade da ação e do drama, que estudem e reproduzam os conflitos e as lutas pelos direitos fundamentais vividos pela maioria da população.

"Na verdade, a maior violência e imoralidade praticada pelos Meios de Comunicação não é apenas a transmissão de cenas violentas. Mas é sua política de descompromisso com as classes populares e o contínuo esforço para ocultar o real estado de violência estrutural e de imoralidade em que vive a sociedade moderna" (UCIP, Princípios Internacionais de Ética Profissional dos Jornalistas).

Novos caminhos

A Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) faz as seguintes propostas: "Um novo sistema de propriedade, que pede a ruptura dos sistemas monopolísticos do Estado e da empresa privada, tanto das estruturas da comunicação quanto dos recursos tecnológicos. Uma nova presença do público, com atitude e mecanismos de participação. Um novo propósito, o serviço social, o bem comum, a defesa dos direitos populares. Um novo comunicador, formado para prestar serviços à coletividade e não aos interesses privados. Um novo receptor, formado para discutir, discernir e participar. Uma nova legislação nacional e internacional orientada para a promoção e a garantia não só do direito de opinar e de informar, não só do direito à segurança e à ordem pública, mas também orientada para a promoção e a garantia da participação dos membros da sociedade na gestão, uso e desfruto da comunicação" ("A Nova Ordem Mundial da Informação, e Comunicação", Neotti, Clarêncio, Vozes, 1986, p. 37-38).

A comunicação na Igreja

A comunicação é essencial para a evangelização, missão fundamental da Igreja: anunciar a libertação e comunhão e denunciar os obstáculos que se opõem à realização da plena fraternidade humana.

"O desenvolvimento da comunicação no interior da igreja supõe, do mesmo modo que na sociedade civil, o crescente exercício da participação, que se apóia em práticas participativas presentes na própria comunidade e reclama a criação de novas instâncias para a comunicação e o diálogo" (Documentos e Estatutos, UCLAR, Vozes, Petrópolis, 1984, p. 83).

A Igreja, como comunidade de fé no Senhor Ressuscitado, tem uma tríplice função: o serviço da solidariedade (diaconia), a pregação da palavra (querigma) e a celebração dos sacramentos (liturgia). Essa tríplice função é o exercício da comunicação de Deus à humanidade na visibilidade eclesial. E ela sempre afirma, em seus documentos, que a comunicação é um meio de comunhão e participação (cf Puebla, n. 894). Para tal, requer-se uma relação dialogal, participativa e fraterna em seu interior. Contudo, há muita incomunicação e prática de comunicar sem que isto produza resultado de comunicação. Muitas vezes, na Igreja, continuam a ter mais voz aqueles que sabem mais, têm mais conhecimentos acadêmicos, facilidade de ler, escrever e se expressar. Há muito que caminhar para uma comunicação aberta, para um processo de "aprender fazendo", que subordina conteúdo e comportamento ao diálogo e à participação de todos. Onde só uma pessoa domina o código e o meio não há interação e nem liberdade, por isso não há comunicação.

Há um questionamento, em todos os âmbitos, sobre a forma de como se dá o processo de participação e decisão na Igreja: hábitos de imposição e posturas autoritárias de monólogo. A comunicação interna da Igreja é, certamente, um dos pontos que exigem coragem para mudança e conversão. Aqui se enfrentam questões vitais para a própria natureza da comunhão na Igreja, tais como, relacionamento intra-eclesial, a convivência das comunidades e sua capacidade de repensar seus instrumentos de evangelização e o seu uso.

A Igreja está descobrindo uma maneira de ser e de se organizar, onde a fraternidade e a participação são a base da convivência. Aí a comunicação encontra espaço para se desenvolver. A participação nas decisões é progressivamente vivenciada como clima, e estruturada em organismos adequados, como vários conselhos e comissões. A exemplo do Bom Pastor ela não domina, mas serve, promovendo participação, comunhão e missão, criando canais e espaço para a comunicação.

As exigências da verdadeira comunicação a serviço da comunhão questionam o exercício dos demais ministérios e carismas na Igreja: não abafar as iniciativas da comunidade; abrir o saber teológico ao saber dos simples; canalizar os carismas e dons especiais para o bem de todos.

A comunhão eclesial exige abertura das comunidades locais entre si e para as outras Igrejas diocesanas e a universalidade da Igreja de Cristo: É o espírito missionário, condição para uma verdadeira comunicação intereclesial, que garante a circulação de bens, sobretudo em benefício dos mais pobres.

Deve-se rever, com coragem, os processos de comunicação usados. Ainda há pouca informação e deficiente comunicação nas comunidades, entre as comunidades e entre vários níveis da vida eclesial. Por falta de consciência de sua im-

portância, por deficiência dos meios ou por falta de uma linguagem adequada, os documentos, as notícias, as experiências e realizações circulam pouco na Igreja. É necessário retomar aqueles instrumentos de comunicação que quase se confundem com a vida mesma da Igreja: a comunicação oral através da palavra, e a comunicação simbólica através da liturgia. Na comunicação tudo é importante: disposição dos espaços, postura de quem preside, gestos, música, serviço de som, folhetos e outros aspectos que compõem o quadro da comunicação na comunidade eclesial.

A comunicação questiona, em fim, o modo de presença da Igreja no mundo moderno e sua capacidade de chegar a todos os homens. Está, em questão, a própria capacidade de comunicar a Boa Nova e de impregnar com valores do evangelho, a cultura moderna, do homem da cidade, da técnica, da racionalidade. "Urge evangelizar a 'modernidade'. A Igreja não pode cruzar os braços esperando que passe essa 'moda', julgando a cultura da modernidade estruturalmente efêmera. Além de denunciar vigorosamente as idolatrias e mecanismos manipuladores da sociedade moderna, é necessário valorizar e assumir o que ela tem de positivo. Pois a racionalidade funcional no campo científico e técnico não vai parar de buscar sempre novos subsídios para o progresso da sociedade" (Doc. CNBB, 40, p. 109).

O clamor do povo será ouvido se a Igreja estiver inserida dentro de sua vida, como fez Jesus Cristo. "A Igreja só realiza esta comunicação na medida em que ao anunciar o evangelho: mergulhar na vida do povo, na sua cultura, nos seus fracassos, nas suas lutas, nas suas vitórias; romper com a comunicação dominante que está a serviço dos poderosos e é utilizada para manter a situação; ensinar, acompanhar, apoiar, trabalhar e celebrar em função das aspirações populares de justiça e fraternidade; articular esta comunicação libertadora com a de outros grupos interessados na libertação dos pobres" (Carta aos Comunicadores, S. Paulo, Paulinas, 1984).

A Igreja e os MCS

A Igreja é notícia nos veículos de Comunicação Social. Este espaço que os MCS vêm dando à Igreja, provavelmente está vinculado ao interesse de alguns veículos em relação às atitudes assumidas pela Igreja. Mas percebe-se, em geral, que as informações da e sobre a Igreja são distorcidas e nem sempre correspondem à verdade dos fatos. Há tentativas de interpretar as ações da Igreja como alheias à sua missão específica.

Diante desses desafios que se apresentam à Igreja em relação aos MCS, ela, assim mesmo, vem assumindo espaços que ora são oferecidos, ora são buscados. Deve-se reconhecer que esses espaços nem sempre são utilizados de forma adequada. Muitas vezes não respondem às necessidades da Igreja local e falta preparação quanto ao uso e linguagem própria de cada Meio.

A Igreja reconhece que está diante de um grande desafio para sua ação evangelizadora, visto que hoje, os MCS são valiosos instrumentos de informação e comunicação, e como diz Paulo VI "a Igreja viria a sentir-se culpada se não usasse tais Meios para a Evangelização".

A Igreja está fazendo grande esforço, em seus próprios meios, para revelar a sua autêntica imagem libertadora. Mas em contrapartida, ainda se apresentam casos em que a Igreja pratica, nestes meios, muitos dos erros que condena no próprio sistema, tais como censura interna, autocensura, verticalidade na tomada de decisões, obstruções ao direito social e à informação, e injustiças sociais no relacionamento patronal com os comunicadores. Além disso, em alguns MCS da Igreja, não são consideradas notícias evangelizadoras os acontecimentos da vida do povo, como as ocupações, as reivindicações, a violação dos direitos humanos, as injustiças, a opressão, a organização popular. Com toda a força do compromisso, esses Meios deveriam ser a voz dos desamparados, apesar dos riscos que isso implica, abrindo espaços para que o povo expresse diretamente seus sentimentos, problemas e pensamentos, sendo não somente a voz dos que não têm voz, mas ainda mais, dando voz aos que não a têm. "Em face da situação concreta da sociedade humana, organizada de forma injusta e desigual, a Igreja não pode ficar numa tranqüila posição de indiferença ou neutralidade que terminaria em conivência. A Igreja traz à sociedade humana, profundamente marcada pela injustiça e opressão, principalmente uma orientação ética (que se expressa num 'ensinamento social') e, ao mesmo tempo, um impulso libertador, que mantém viva a esperança daqueles que lutam pela libertação integral do homem, a partir da fé e da força que vem do alto. Para ser coerente com a mensagem profética e libertadora do Evangelho, a Igreja não pode deixar de denunciar situações e estruturas iníquas, colocar-se prioritariamente ao lado dos pobres e oprimidos e participar, dentro de suas condições específicas, da construção de uma nova sociedade" (Doc. CNBB, n. 40, p. 36).

Dimensão teológica

Deus que é Trindade comunicativa se comunica pela criação. Ao homem Ele comunica não só a vida, mas também sua imagem e semelhança e seu poder sobre todas as criaturas. Oferece-lhe sua amizade, convivência e estabelece uma Aliança, realizando, assim, seu projeto de comunhão. Este projeto responde aos anseios do coração do homem, criado como ser social e livre. A plenitude da comunicação de Deus com a humanidade se dá definitiva e irrevogavelmente em Jesus Cristo.

Cristo, a Palavra plena do Pai, é o Verbo de Deus. "No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1,1; 14). O Filho de Deus encarnando-se, assume a condição humana, faz-se solidário com a hu-

manidade e, assim, torna-se perfeito Comunicador do Pai para os homens e dos homens para o Pai. "Ninguém jamais viu a Deus. O Filho único que está voltado para o seio do Pai, este o deu a conhecer" (Jo 1,18). Por suas obras e palavras, Jesus dá testemunho do Pai (Jo 3,11), assim como o Pai dá testemunho dele (Jo 5,36). Sendo um com o Pai, é seu Perfeito Comunicador — "Quem me vê, vê o Pai" (Jo 14,9).

Para se comunicar com a humanidade e libertá-la o Verbo encarnado se insere no mundo dos pobres, com eles se solidariza e com eles cria um novo povo. Revela que Deus ama preferencialmente os empobrecidos, não porque sejam eventualmente bons, mas por serem pobres, oprimidos, deixados de lado.

Jesus, o Servo de Javé, é o modelo de comunicação para a Verdade e a Paz, porque estabelece o direito e a justiça. "Ele não clamará, não elevará a voz, não fará ouvir a sua voz nas ruas. Não quebrará a cana rachada, não apagará a mecha que ainda fumega" (Is 42, 1-3). É a negação de uma comunicação dominadora, pois procura valorizar o que há de positivo nas pessoas. Em vez de usar o poder dominador que esmaga. O Servo comunica-se pelo diálogo, no respeito pelos outros. O encontro com a Samaritana e os Discípulos de Emaús atesta esta pedagogia. Comunica-se por parábolas, com exemplos da vida cotidiana e, principalmente, por gestos de fraternidade e solidariedade.

É em sua própria pessoa que Jesus se manifesta o Perfeito Comunicador. Verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Jesus é, ao mesmo tempo, emissor e receptor da comunicação de Deus à humanidade e desta a Deus. E com isto, é também, o canal e a mensagem: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida": o caminho (canal), a verdade (mensagem), a vida (emissor) de si ao Pai e aos irmãos, e com isso, comunicação do Pai à humanidade. O processo de comunicação que Cristo iniciou, só chegará à sua plenitude, quando Deus for tudo em todos.

Os profetas

O grande empecilho que o homem põe ao projeto de Deus é o pecado. Este é fechamento em si, é não-comunicação com Deus e com os irmãos. Permanecendo vivo na história, o pecado gera um mundo fechado, que não quer saber de Deus, nem do Reino, nem de sua justiça. É o mundo do "cada um por si". O mundo da concorrência, da imposição, da dominação. O pecado isola, rompe a comunicação, como aconteceu na Torre de Babel.

Neste mundo de in-comunicação Deus envia os profetas para anunciar a Aliança, a comunicação de Deus com os homens e dos homens entre si. Usam da linguagem verbal e não-verbal dos gestos simbólicos que visualizam a mensagem. A palavra é a sua arma principal. "Aquele que fala. Ele é a boca do Senhor" (Jer 15,19). Ele é a palavra-de-força: produz um efeito, performa alguma coisa, chama à

conversão, à mudança, à libertação do mundo de incomunicação ao da comunicação. Os profetas são palavra viva e libertadora: "Profeta poderoso em palavras e obras"... "Falava com autoridade". Sua palavra envolve e abala. Eles usam a violência da palavra, mas não a palavra da violência. Os profetas visam sempre iluminar o crânio de alguém, em vez de quebrá-lo (cf. Os Profetas Bíblicos interpelam a Vida Religiosa, CRB, Doc. Preparaã.o à XIV AGO, 1986, p. 7 e 8).

Os profetas, hoje, norteiam o modo de comunicação na vida cotidiana, na sociedade, nas comunidades eclesiais, com os seguintes critérios: vivenciar o conteúdo a transmitir — o testemunho é fundamental; comunicar a verdade, a paz, a justiça, a solidariedade por palavras e ações; dar voz e vez aos que não têm espaço para se comunicarem; impor-se não pela força da persuasão humana mas pela força do Espírito; opor-se ao espírito do mundo, que é dominador e opressor; libertar a palavra no outro, no grupo, para fazer acontecer a comunicação; perseverar na perseguição, enfrentando inclusive a morte, em coerência com a verdade comunicada e vivida.

Perspectivas cristãs da comunicação

Além de julgar à luz do evangelho os direitos da comunicação firmados em nossa sociedade, o cristão encontra na fé novas perspectivas, para assumir a comunicação profética, testemunhando o poder transformador de Deus em todas as áreas da existência humana.

A Comunicação, inclusive o uso de meios alternativos, pode revitalizar as comunidades e reacender a chama do espírito comunitário, porque o modo da autêntica comunicação é aberta e includente. É um processo de mão dupla. É interativa por compartilhar sentido e manter relações sociais. Somente quando as pessoas se tornam sujeito, ao invés de objeto da comunicação, é que podem desenvolver seu pleno potencial como indivíduos e grupos. A comunicação participante pode desafiar as estruturas autoritárias na sociedade, nas igrejas e nos mídia, bem como democratizar novas áreas da vida humana. Pode dar às pessoas um novo sentido da dignidade humana, uma nova experiência de comunidade. A comunicação libertadora capacita o povo a articular suas próprias necessidades e o ajuda a se organizar para atender a tais necessidades. Estimula o seu senso de dignidade e frisa o seu direito a uma plena participação na vida da sociedade e da Igreja. Tem como objetivo criar estruturas sociais justas, igualitárias e capazes de promover a realização dos direitos humanos. A comunicação deve cultivar um ambiente simbólico de imagens e significações mutuamente partilhadas, que respeitem a dignidade humana e os valores religiosos e culturais que estão no coração das culturas do Terceiro Mundo. A comunicação serve à verdade e combate a mentira. As mentiras e meias verdades constituem uma grande ameaça à comunicação.

A comunicação profética estimula a consciência crítica da realidade construída pelos mídia e ajuda o povo a distinguir a verdade da falsidade, a discernir a subjetividade e separar o que é efêmero e banal daquilo que é eterno e sempre válido.

Concluindo

Para alcançar os objetivos da CF, cada cristão, cada comunidade, enfim, a Igreja toda deve entrar num processo de conversão, que se expressa na vida do dia-a-dia. A CF quer ser um momento de evangelização para realizar a fraternidade. A comunicação aproxima as pessoas e contribui para que as mesmas, em seu relacionamento, contribuam para que a imposição dê lugar ao diálogo; a repressão seja substituída por liberdade de expor idéias, discutir problemas, participar nas decisões; a frieza e o nervosismo cedam lugar à amizade, ao amor, à ternura, à valorização do outro. O isolamento, o desinteresse e a dominação se transformem em solidariedade, gratuidade e participação igualitária nas comunidades.

É preocupação e empenho da Igreja que a prática da comunicação libertadora e a fraternidade sejam concretas e se ampliem. A CF-89 é um tempo para a Igreja — leigos, bispos, padres, religiosos rever sua posição no que se refere à comunicação e à utilização dos MCS para evangelizar e colocar a Comunicação a serviço de toda a Pastoral. □

Para eles, para mim e para Você

Bíblia — "Que devemos fazer? Ele disse: Não deveis exigir nada além do que vos foi prescrito", Lc 3, 13.

Leitor — *Justiça.* Nem mais nem menos. Nada de suborno. Nada de corrupção. Não deixa de ser uma perspectiva altamente improvável. O contrário é que continua a se amiudar como cotidiano.

Bíblia — "Que devemos fazer? Respondia-lhes: Quem tiver duas túnicas, reparta-as com aquele que não tem, e quem tiver o que comer, faça o mesmo", Lc 3, 11.

Leitor — *Partilha.* Não se trata de esmola nem de supérfluo. Seria uma imagem simplificadora. Trata-se de chegar na hora certa quando é oportuna e decisiva a própria presença como sinal do desejo de construir uma nova história, uma nova sociedade (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

NOVA EVANGELIZAÇÃO
PARA UMA NOVA SOCIEDADE

Este título sugere três observações prévias:
Primeira. *Anunciar de novo Jesus Cristo crucificado aos homens de hoje.* Segunda. *Anunciar Jesus Cristo para construir um homem novo e uma nova sociedade.*
Terceira. *Propor nova síntese criativa entre Evangelho e Vida.*

Cardeal Eduardo Pironio

A Jornada Mundial da Juventude de 1987, celebrada em Buenos Aires no dia 12 de abril, Domingo de Ramos, constituiu o evento culminante da viagem apostólica de João Paulo II ao Uruguai, Chile e Argentina. A Jornada mundial da Juventude — que tantas pegadas deixou na vida eclesial e no caminho do mundo para o ano 2.000 — havia sido preparada pelo Pontifício Conselho para os Leigos sob a direção do Presidente, Cardeal Eduardo F. Pironio, com a colaboração do vice-presidente, bispo Mons. Paul Josef Cordes, e do chefe de departamento, o advogado uruguaio, Dr. Guzmán Carriquiry.

Em Luján, neste mesmo dia, inaugurou-se um "Foro Internacional da Juventude", com a participação de representantes de vários países do mundo e de diversas associações e movimentos internacionais: foi um intercâmbio de experiências sobre a realidade da vida dos jovens à luz do tema da Jornada Mundial: "Tomamos conhecimento do amor de Deus por nós e acreditamos nele". Na sessão inaugural, celebrada no teatro San Martín, o cardeal Pironio pronunciou uma conferência intitulada: *"Uma evangelização para a construção de uma nova sociedade"*.

"Eu vos escrevo, jovens, porque vocês são fortes e a Palavra de Deus permanece em vocês e vocês venceram o Maligno" (Jo 2,14).

Evidentemente nos encontramos frente a uma juventude nova: mais profunda, reflexiva e orante, mais sensível aos problemas da liberdade e da justiça, mais desejosa de participar na vida da Igreja e na

---

In MENSAJE LATINOAMERICANO, Madrid, nº 260, julho-agosto de 1987, p. 22-29. Tradução de Ir. A. M. Camata, FMS.

construção da sociedade. Uma juventude que quer comprometer-se numa *"nova evangelização"* com total fidelidade a Jesus Cristo e ao homem. A celebração da Jornada mundial em Buenos Aires — num continente de cruz e de esperança, como é a América Latina — apresenta aos jovens o tríplice desafio: a sua oração, a sua esperança, o seu amor. Sobre isso trataremos de refletir juntos, à luz do Evangelho, e fazer de nossa vida uma opção fundamental por Jesus Cristo e seu Evangelho.

Comecemos recordando e assumindo dois textos do Evangelho: o primeiro relativo a Jesus; o segundo, à responsabilidade evangelizadora que de Jesus recebemos como Igreja: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para evangelizar os pobres; Ele me enviou a pregar aos cativos a liberdade; aos cegos a recuperação da vista; para pôr em liberdade os oprimidos; para anunciar um ano de graça do Senhor" (Lc 4,18-19).

Uma contemplação sobre Jesus — particularmente de sua Pessoa, de sua Palavra e de sua obra redentora — nos revela que "Jesus mesmo, Evangelho de Deus, foi o primeiro e o maior dos evangelizadores. Ele o foi até o fim, até à perfeição, até ao sacrifício de sua vida terrena" (EN, 7). Tudo em Jesus — sua Encarnação, seus milagres, seu ensino, seu mistério pascal — "forma parte de sua atividade evangelizadora" (EN, 6).

Isto nos ensina já uma coisa fundamental: que a evangelização não é uma atividade provisória, circunstancial ou parcial, de nossa vida. Tudo em nós — nossa oração e nosso serviço, nossa ocupação cotidiana e nosso trabalho apostólico, nossa alegria e nosso sofrimento — é essencialmente evangelizador. *Somos ou não somos evangelizadores*; como somos ou não somos cristãos. Isto é importantíssimo recordar, agora que o Papa João Paulo II nos está impulsionando fortemente para uma *"nova evangelização"*. Na realidade, está nos convidando urgentemente a sermos cristãos: a deixar-nos evangelizar, a deixar-nos converter, a nos comprometer mais seriamente com Jesus e com os irmãos.

Mas o texto que citamos nos fala de três realidades que se encontram em Jesus e têm que se encontrar em nós, se, deveras, queremos como Igreja, herdar a missão evangelizadora de Jesus: o Espírito Santo, a Boa Notícia, os *pobres*.

— O Espírito Santo que nos consagra pela unção. Recebemo-lo no batismo e na confirmação (os bispos, os presbíteros e os diáconos o recebem na ordem). É o Espírito da santidade e da evangelização, da Palavra e do testemunho. "Recebereis a força do Espírito Santo que descerá sobre vocês e vocês serão minhas testemunhas" (At 1,8). É o Espírito que nos introduz na Palavra que devemos anunciar, e no coração do homem, destinatário de nossa evangelização.

— A Boa Notícia: é a proclamação do Reino com suas exigências de conversão (cf. Mc 1,15), é o anúncio da alegria da salvação.

Para nós é o anúncio de Jesus Cristo "o *Salvador do mundo*" (Jo 4,42), Jesus Cristo Caminho, Verdade e Vida, Jesus Cristo morto e ressuscitado, Jesus Cristo: "força e sabedoria de Deus (1 Cor 1,23-24).

— Os pobres (os prisioneiros, os cegos, os oprimidos): são os primeiros destinatários do Evangelho de Jesus porque são os mais disponíveis para receber o dom da Boa Notícia e para acolher, em seu coração, o Reino (Cf. Mt 5,3).

Assim se identificou Jesus perante os discípulos de João, enviados para saber se Ele era aquele que deveria vir ou se haveriam de esperar outro: "Ide e comunicai a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos ficam limpos, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, a Boa Notícia é anunciada aos pobres" (Lc 7,22).

O compromisso libertador de Jesus com os pobres e com todos os que sofrem é o sinal mais evidente de sua missão evangelizadora. Assim deve ser conosco. Voltaremos a isso mais adiante. Por ora convençamo-nos de que não pode haver *"nova evangelização"* sem nova efusão do Espírito Santo que nos ajude a penetrar, saborosa e contemplativamente, a Palavra de Deus e, simultaneamente, nos dê profunda capacidade para descobrir a Cristo e servi-lo nos pobres. O Espírito Santo, a Boa Notícia, os pobres: são três elementos chaves para uma *"nova evangelização"*.

O segundo texto evangélico se refere à nossa essencial missão evangelizadora, como Igreja, que recebemos de Jesus, o primeiro evangelizador: "Vão vocês por todo o mundo e anunciem a Boa Notícia a toda a criação" (Mc 16,16).

O texto paralelo de Mateus completa: "Eu estarei sempre com vocês até o fim do mundo" (Mt 28, 18-20). Como querendo dizer: "Eu sou sempre o mesmo, o princípio e o fim; não tenham medo; mas renovem, de acordo com os novos tempos, minha imutável mensagem".

A ordem dada por Jesus aos Doze vale igualmente, se bem que de maneira diferente, para todos os cristãos. É precisamente por isso que São Pedro chama a estes últimos "povo que recebeu a salvação para tornar conhecidas as maravilhas de Deus" (EN, 13). A missão essencial da Igreja é a evangelização. "Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar" (EN, 14).

É importante sublinhar isto hoje, quando se quer animar e promover a participação dos fiéis leigos na missão global evangelizadora da Igreja. Quando falo da "missão global" evangelizadora da Igreja, com respeito aos leigos, refiro-me à unidade indissolúvel entre estas duas tarefas dos leigos: *construir a comunidade cristã e edificar a cidade dos homens.*

O último Sínodo extraordinário insiste na urgência desta missão evangelizadora da Igreja: "A evangelização é a primeira função, não

só dos bispos, mas também dos presbíteros e diáconos... e igualmente de todos os fiéis cristãos... Requer-se, portanto, novo esforço de evangelização e de catequese integral e sistemática" (Relatio finalis, II, B, a, 2).

Assim como foi enunciado, o título desta conferência — "Uma nova evangelização para a construção de uma nova sociedade" — nos sugere três observações prévias:

a) Que se trata de anunciar de novo Jesus Cristo crucificado aos homens de hoje;

b) que este anúncio de Jesus tende à conversão do homem (procurar criar *o "homem novo"*) para poder construir uma nova sociedade;

c) que não se cogita de voltar a uma "nova cristandade", mas procurar que o fermento do Evangelho penetre todas as culturas, as assuma em sua própria identidade e logre formar, com todos os povos, a nova civilização da verdade e do amor. Trata-se de "propor nova síntese criativa entre Evangelho e vida" (João Paulo II, 11/10/1985).

I. Uma nova evangelização

O Papa João Paulo II a propõe constantemente com particular urgência. Fala de "uma nova evangelização" ou de uma "evangelização renovada". Aos bispos do CELAM, no Haiti, disse: "A comemoração do meio milênio de evangelização terá seu pleno significado se for um compromisso vosso, como bispos, junto com vosso presbitério e fiéis; compromisso, não de reevangelização, mas de uma evangelização nova. Nova em seu vigor, em seus métodos, em sua expressão". E, mais adiante, quando explica alguns "pressupostos fundamentais para a "nova evangelização", assim se expressa: "O segundo aspecto visa os leigos. Não somente a carência de sacerdotes, senão também, e sobretudo, a autocompreensão da Igreja da América Latina, à luz do Vaticano II e de Puebla, falam com veemência do lugar dos leigos na Igreja e na sociedade. A aproximação do 500º aniversário de vossa evangelização deve encontrar os bispos, juntamente com suas Igrejas, empenhados em formar um número crescente de leigos, prontos a colaborar eficazmente na obra evangelizadora" (João Paulo II, 9/3/1983).

Talvez os dois discursos principais do Santo Padre sobre a "nova evangelização sejam aqueles dirigidos aos bispos da América Latina, em São Domingos, motivados pelo início do novenário de anos preparatórios ao V centenário da primeira evangelização (11 e 12/10/1984) e no Simpósio do Conselho de Conferências Episcopais da Europa (11/10/1985).

Em ambos os casos, me parece, trata-se de duas coisas: mergulhar nas riquezas invariáveis da primeira evangelização (raízes comuns que, particularmente na América Latina, chegam a formar o "substrato cultural católico" de seus povos) e de penetrar evangelicamente na mudança da realidade histórica

e na dramática situação do homem que deve ser evangelizado. O mundo, ao qual somos enviados (o Papa fala da Europa) "sofreu tais e tantas transformações culturais, políticas, sociais e econômicas que é preciso colocar o problema da evangelização em termos totalmente novos" (João Paulo II, Simpósio COEE, 11/10/1985).

Em São Domingos o Papa afirma: "A América Latina enfrenta uma grande provação histórica. Por isso a Igreja vê neste jubileu um convite a um novo esforço criador em sua evangelização. Que ela se aprofunde constantemente no Evangelho" (João Paulo II, São Domingos, 12/10/1984).

Procurando penetrar o sentido desta *"nova evangelização"*, assinalaria os seguintes pontos:

1 — Antes de tudo, uma *"leitura evangélica"* da história, que deverá mostrar os "novos sinais dos tempos", a história concreta que os homens e os povos vivem. Só assim a "Palavra da salvação", que é o Evangelho, poderá ser proclamada e recebida como Boa Notícia. Isto nos levaria a aprofundar — comunitariamente, partindo da fé — as situações de crise e de esperança que nossos povos vivem. Penso, por exemplo, no seguinte:

a) — A situação generalizada *de fome e miséria,* a injustiça e a opressão, o terrorismo, o ódio, a violência. A grave questão social, que atingiu dimensão mundial. Quais são os nossos pobres e como poderemos evangelizá-los? "Os povos famintos interpelam hoje, com acento dramático, os povos ricos. A Igreja sofre com esta crise de angústia, e chama a todos para que respondam com amor ao chamado de seus irmãos" (Populorum Progressio, 3).

b) — O fenômeno do *secularismo* que tranca o homem em si mesmo, roubando-lhe o horizonte da transcendência, condenando-o à solidão, ao vazio, à morte. Afinal, "a morte de Deus" termina sendo, tragicamente, *"a morte do homem"*. O único ponto capaz de dar sentido à existência humana é a afirmação de um Deus pessoal, próximo, íntimo, criador e redentor. Daí a necessidade de proclamar com novo ardor e com novos métodos — a verdade de Jesus Cristo, o Homem Novo. Só assim compreenderemos o mistério do homem, porque, "o mistério do homem só se esclarece no mistério do Verbo Encarnado" (GS 22). O único ponto, também, em que os homens podem reconhecer e viver sua condição de irmãos, sua solidariedade e sua unidade fundamental, é a gozosa afirmação de que Deus é nosso, "e nós reconhecemos o amor que Deus nos tem e nele acreditamos" (1 Jo 4,16). O aprofundamento do tema da Jornada Mundial é essencial para um renovado compromisso evangelizador.

Felizmente, como afirmou o Sínodo extraordinário de 1985, "não obstante os secularismos, existem sinais de retorno ao sagrado. Com efeito, hoje há sinais de nova fome e sede de transcendência e de divino. Para favorecer este retorno e para superar o secularismo, de-

vemos abrir caminho para a dimensão do "divino" ou do mistério e oferecer aos homens do nosso tempo os preâmbulos da fé" (Relatio finalis II, A, 1).

Concretamente, esta volta ao sagrado, esta fome e sede de Deus, esta necessidade de oração — de adorar a Cristo e de invocar Maria — manifesta-se providencialmente nas gerações jovens. É preciso ajudá-los a andar neste caminho surpreendente e difícil, e aprender deles o frescor, originalidade e a alegria de haver encontrado Cristo, Maria e o valor da oração.

c) — A sociedade *"pluralista"*, na qual deve ser anunciada, recebida e comprometida a nossa fé. Não é trabalho fácil; talvez o seja nos pequenos povoados do campo, onde tudo é mais simples e solidário, e onde Deus se revela mais facilmente aos humildes e pequenos (cf. Lc 10,21). Mas o problema se complica nas grandes metrópoles onde tudo é mais anônimo, mais ambíguo. A linguagem, às vezes, não é a mesma e os sinais são diferentes. Como anunciar Jesus Cristo crucificado num ambiente pluralista, onde a própria apresentação da fé pode ser interpretada de maneira diferente e até exatamente oposta? Que significa, às vezes, a palavra paz, reconciliação, amor? Como fazer crer que a reconciliação não se opõe à verdade, nem o amor à justiça? Que significa liberdade e libertação integral? Como se entende uma sincera revisão de vida, uma mudança de mentalidade, uma profunda conversão do coração? Dentro de uma sociedade consumista pode-se falar de austeridade, de sacrifício, da alegria da cruz, do desprendimento, da doação?

d) — Para *uma nova evangelização* faz falta a compreensão das transformações profundas que o vertiginoso avanço da ciência e da técnica nos traz, sobretudo no campo da informática (que incide poderosamente na educação e na cultura), e da biogenética (com todos os problemas éticos e morais da manipulação da vida humana e dos valores essenciais do homem).

e) — Finalmente, a proposta de *uma civilização de morte* frente a uma cultura da vida, onde se multiplicam — graças à técnica desumanizada do homem — a solidão e o medo, o desemprego e a evasão (drogas, alcoolismo), a absurda corrida armamentista, o perigo de guerra e de auto-destruição.

2 — Sem demora — porém, contemporaneamente com o primeiro ponto — uma *"nova evangelização"* suporia um mergulho no mistério do Cristo: sua pessoa, sua obra, sua Palavra. Sem forte e bem clara afirmação de Cristo nem podemos falar de evangelização. Lamentavelmente houve movimentos apostólicos — de sólida origem cristã, maravilhosa tradição apostólica — que se esvaziaram de Cristo e da Igreja e se diluíram em pura presença sociológica, sem o horizonte do Evangelho e misturado à luta de classes, totalmente alheios ao espírito de Cristo, de seu Mistério, de sua salvação.

Uma *"nova evangelização"* exige, certamente, melhor consciência

do sofrimento do homem, presença mais comprometida com a sua concreta situação histórica e autêntica solidariedade cristã. Porém, partindo sempre da *"força da Cruz"* e da *"potência do Evangelho"*. De seu cárcere, escreve Paulo a seu querido filho Timóteo: "Não te envergonhes do testemunho de Nosso Senhor... Compartilha comigo o sofrimento que é necessário padecer pelo Evangelho, animado pela força de Deus" (2 Tim 1,3). E, pouco adiante, recorda: "Lembra-te de que Jesus Cristo, da linhagem de Davi, ressuscitou dos mortos segundo o meu Evangelho. Por ele sofro estas cadeias como um malfeitor; porém, a Palavra de Deus não está acorrentada" (2 Tim 2,8-9).

Uma "nova evangelização" é proclamação mais clara, mais profunda e mais concreta de Jesus Cristo "o Senhor do Mundo" (Jo 4,42). Executada com "novo ardor", isto é, a partir da paixão do Espírito Santo e como que saboreando o "amor de Deus, manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Rom 8,39), e derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rom 5,5).

O último Sínodo Extraordinário (1985) tornou a insistir na "centralidade" do mistério de Cristo: "A missão primária da Igreja, sob o impulso do Espírito Santo, é de pregar e testemunhar a Boa e Alegre Notícia da eleição, da misericórdia e do amor de Deus que se manifesta na história da salvação e que, mediante Jesus Cristo, atingem seu ápice na plenitude dos tempos e comunicam e oferecem a salvação aos homens pela força do Espírito Santo. Cristo é a luz dos povos! A Igreja, anunciando o Evangelho, deve fazer com que esta luz resplandesça de modo claro no seu próprio rosto" (Relatio finalis, 2, A, 2).

Quando falamos da centralidade de Cristo para uma nova evangelização, não pretendemos "afastar" o cristão — neste caso, o jovem — dos acontecimentos da história e do sofrimento dos homens. Pelo contrário, queremos infundir-lhe uma *grande paixão pelo Cristo* — o único que pode nos salvar — e uma grande capacidade de contemplação e de serviço, para encontrá-lo cotidianamente no pobre (tinha fome... estava enfermo... encarcerado... etc. (Mt 25).

3 — Isto nos leva a uma derradeira reflexão sobre o sentido e a urgência de uma "nova evangelização": a mudança interior do homem e a transformação da sociedade. A proclamação do Evangelho — com a Palavra, o testemunho e as obras — tendo essencialmente à conversão e ao compromisso concreto na fé; uma nova evangelização precisa levar o cristão a uma vida de mais clara e consistente coerência. A Boa Notícia de Jesus exige, necessariamente, *"homens novos"* para *"novas estruturas"*. "Cumpriu-se o tempo: o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e creiam no Evangelho" (Mc 1,15).

A consciência da dramática situação histórica — assinalada pela cruz da fome e pela violência, pelos gravíssimos desequilíbrios so-

ciais, econômicos e políticos — a experiência e a solidariedade com o sofrimento humano, a penetração mais profunda e comunitária (mais eclesial) na totalidade do Mistério de Cristo, nos levam necessariamente a sublinhar a eficácia e a fecundidade (também a urgência e a *universalidade*) de uma "nova evangelização": Evangelização essa mais diretamente comprometida com o homem e com a libertação integral dos povos.

Paulo VI disse: "Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer ambiente e em qualquer latitude, e pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade... A Igreja Evangeliza quando, unicamente apoiada na potência divina da Mensagem que proclama, procura converter, ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade a que se aplicam, a vida e o meio concretos" (EN, 18).

João Paulo II disse aos bispos europeus: "A Igreja é chamada a dar uma alma à sociedade moderna... e a Igreja deve infundir esta alma, não a partir de cima ou de fora, mas de dentro, aproximando-se do homem de hoje. Impõe-se, pois, uma presença ativa e uma participação intensa na vida do homem" (10/10/85).

Uma evangelização assim — comprometida a partir de dentro com a transformação da sociedade — exige da Igreja três atitudes:

a) — Deixar-se transformar pelo Senhor num constante e renovado espírito de conversão. "Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma... A Igreja tem sempre necessidade de ser evangelizada se quiser conservar o viço, o alento e a força para anunciar o Evangelho. O Concílio Vaticano II recordou, e depois, o Sínodo de 1974 retomou com vigor, este mesmo tema: A Igreja que se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade (EN, 15).

Não se trata de viver numa autocrítica enfermiça, mas de se examinar serena e lealmente sobre a fidelidade ao Senhor e aos homens; por exemplo nestes três pontos:

— a *penetração*, a contemplação e a comunicação da Palavra de Deus (fidelidade à verdade);

— a *busca* e o esforço para criar e conservar a unidade eclesial (fidelidade à comunhão eclesial), inserção dos movimentos e associações na pastoral das Igrejas locais;

— a *preocupação evangélica pelos pobres* e pelos que sofrem; é o sinal definitivo de nossa evangelização; o Senhor nos envia a levar aos pobres a Boa Notícia de Jesus. São Paulo escreveu aos Gálatas: "Somente nos recomendaram que nos lembrássemos dos pobres, o que sempre procurei fazer" (Gal 2,10).

b) — Viver o mistério da Encarnação de Jesus: o qual supõe como em Jesus, aniquilamento, presença e morte (disponibilidade para dar a vida). Certamente aqui os leigos têm uma responsabilidade

especial, devido a seu peculiar caráter secular, que os compromete a mudar o mundo, "a começar de dentro, a modo do fermento" (LG 31). Mas a encarnação e a presença são para toda a Igreja (também para os bispos, sacerdotes e religiosos) exigência fundamental de uma evangelização eficaz e transformadora; toda a Igreja é enviada ao mundo como "sacramento universal de salvação".

c) — Unir indissoluvelmente a evangelização com a promoção humana e a libertação integral de todos os homens e de todos os povos. "A evangelização comporta uma mensagem explícita... sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal não é possível; sobre a vida comunitária da sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem, sobremaneira vigorosa para os nossos dias, sobre a libertação" (EN, 29; cf. 30-39).

João Paulo II, em seu discurso em São Domingos, a 11 e 12 de outubro de 1984, analisou o sentido evangélico da "opção preferencial pelos pobres" e a dimensão evangelizadora da "libertação social" das multidões empobrecidas.

Quero simplesmente precisar e sintetizar o seguinte:

— que uma verdadeira evangelização supõe um compromisso — coerência de fé — com a opção pelos pobres, a promoção humana e a libertação integral de todo o homem e de todos os povos;

— que esta *libertação* — fruto da redenção de Cristo — supõe, antes de tudo, a verdadeira liberdade dos filhos de Deus: libertados do pecado e de suas conseqüências, revestidos de Jesus, o Homem a caminho da libertação definitiva dos filhos adotivos de Deus, de toda a humanidade, de toda a criação, quando se manifestar plenamente a glória de Deus e formos definitivamente livres (Cf. Rom 8,12-25); a verdadeira libertação leva a uma "nova criação" em Cristo (Cf. 2 Cor 5,17; Ef 2,10);

— que a verdadeira "opção pelos pobres" e o trabalho pela "libertação do homem e dos povos" só se realiza através das bem-aventuranças evangélicas e do mistério pascal de Jesus. Não podemos subtrair do Evangelho sua dimensão social e terrena, devemos também constantemente reafirmar sua essencial dimensão de interioridade, de transcendência e de escatologia.

II. A civilização do amor

Paulo VI e João Paulo II falaram de uma nova civilização do amor como fruto de uma nova evangelização. De fato, João Paulo II termina seu discurso em São Domingos, aos bispos da América Latina, com estas palavras: "O próximo centenário do descobrimento e da primeira evangelização nos convoca, pois, a uma nova evangelização da América Latina, que desperta com mais vigor — como a das origens — um potencial de santidade, um grande impulso missionário, uma vasta atividade catequética, uma manifestação fecunda

de colegialidade e comunhão, um combate evangélico pela dignificação do homem, para gerar, do seio da América Latina, um grande futuro de esperança. Essa traz um nome:" a civilização que já se acha inscrita no próprio nascimento da América Latina; que vai germinando entre lágrimas e sofrimentos; que aguarda a plena manifestação da força da liberdade e de libertação dos filhos de Deus; que realiza a vocação originária de uma América Latina chamada a plasmar — como afirma Paulo VI, já em 1966 — numa "síntese nova e genial, o espiritual e o temporal, o antigo e o moderno, o que outros te deram e a tua própria ori-ginalidade". Em suma, o testemunho de uma "novíssima civilização cristã" (João Paulo II, 12/10/1984).

1. — Quais seriam os elementos essenciais desta *"novíssima civilização do amor"*? Pensemos nas aspirações fundamentais dos jovens de hoje:

— a *verdade*: frente ao erro e à mentira, à superficialidade, à confusão, à ambigüidade; "a verdade vos libertará" (Jo 8,32). Pela obediência à verdade vocês se purificaram para amar-se sinceramente como irmãos (1 Pe 1,22);

— a *liberdade*: frente a toda forma de opressão, de escravidão e de medo. "Esta é a liberdade com que Cristo nos libertou" (Gal 5,1); é preciso salientar, com muita força, a verdadeira liberdade interior como capacidade de desprendimento e como energia de libertação;

— a *justiça,* o respeito e a defesa dos direitos humanos; "felizes os que têm fome e sede de justiça" (Mt 5,6);

— a *vida*: contra toda forma de violência (pessoal, social ou estrutural). A vida em toda a sua pujança humana, cultural e espiritual; em toda sua dimensão terrestre e eterna (desde a concepção até a morte);

— o *amor*: universal, a todos os homens, particularmente aos mais pobres e necessitados. Necessidade de descobrir "quem é meu próximo" (cf. Lc 10,28-37), e como servir ao Senhor nos mais abandonados (cf. Mt 25); necessidade de promover um grande apelo à reconciliação, ao perdão, ao amor aos inimigos (cf. Mt 5,43-48);

— a *paz*: "felizes os que trabalham pela paz porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5,9). Paz que seja fruto da liberdade, da justiça e do amor, porque, acima de tudo, é dom gratuito de Deus e supõe a oração do humilde e a conversão do coração. Há 20 anos o Papa Paulo VI nos convocava urgentemente a uma ação solidária em favor da paz. "O desenvolvimento é o novo nome da paz" (Populorum Progressio). "É preciso apressar-se, dizia, de outro modo chegaremos tarde."

2. — Como, partindo concretamente da situação do jovem, contribuir para a construção da *civilização do amor*?

Assumindo plenamente o lema proposto pelo Papa para estes dias:

"Conhecemos o amor que Deus nos tem e acreditamos nele" (1 Jo 4,16).

Este lema é, antes de tudo, um grito de esperança diante de uma cultura em crise. Não há dúvida de que a situação é grave, sobretudo em determinados países; por isso devemos empenhar nossas forças numa dimensão de esperança. Em vez de ficarmos parados, contemplando as ruínas entre lágrimas, precisamos começar a construir com energia, no amor, no sacrifício. Saber dar razão à esperança que há em nós (cf. Pe 3,15); dessa "esperança que não falha porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado" (Rom 5,5).

O que nos é pedido em primeiro lugar é que *creiamos de verdade no amor que Deus tem por nós.* Crer não é só ter fé mas, também, entregar-se ao amor. Deixar-se penetrar por ele. Isso transforma a vida: nos dá segurança na proximidade e intimidade de Deus, na ação transformadora de sua providência, na infalível atividade do Espírito Santo em nós. De outro modo estaríamos condenados a uma inevitável e permanente derrota. Crer no amor é saber que não estamos sós no caminho.

Por outro lado, uma nova evangelização precisa centrar-se, como dizíamos, no *"amor de Deus manifestado em Jesus Cristo, Nosso Senhor"*. Confiar no amor de Deus e transmiti-lo aos outros, como experiência profunda, contínua, irresistível. Isso muda a vida, torna-a serena, forte, comprometida — e convida os outros à mudança.

Mas o lema escolhido pelo Papa (estupendas palavras de São João) nos propõe também uma dupla dimensão de nosso trabalho pela civilização do amor: a fraternidade evangélica e a solidariedade humana. A primeira nos convida a sairmos de *nossa solidão e do nosso egoísmo* para vivermos numa comunidade cristã, o nosso testemunho e o nosso compromisso de transformar a sociedade. Trata-se de oferecer, no pouco e no concreto de cada dia, aquilo que deveria ser uma sociedade em que a alma fosse o amor. A segunda nos obriga a ter *particular* sensibilidade humana frente à dor, ao sofrimento, ao desespero dos outros. A solidariedade humana nos chama, como chamou o bom samaritano, a nos determos junto a qualquer "necessitado" (não importa o nome, a religião, a condição social) e oferecer-lhe o que temos: sobretudo o que somos, e o tempo que nos faz falta.

Fraternidade e solidariedade são dois pontos essenciais em nosso trabalho para uma sociedade cujo eixo central não pode ser o cálculo interesseiro ou a ambição do poder e a riqueza, mas o amor e o serviço.

3. — Um ponto especial preocupa hoje os jovens: *que é que podemos fazer pela paz?* Logo agora, sem esperar pelo milênio, pôr-se ao trabalho. A paz surge do interior e vai madurando nos corações pacificados. "Trabalhar pela paz" é, antes de tudo, viver num estilo de vida evangélico, isto é, baseado no amor. Para tanto há todo um processo educativo e formativo para

a paz (sem dúvida certas apresentações dos meios de comunicação social, desnecessariamente violentas, não colaboram na mentalização para a paz). É preciso viver com clara consciência do passado, justa fidelidade ao presente, e esperançosa profecia do futuro.

"Estilo de vida evangélico" que leve necessariamente a descobrir o rosto de Cristo nos pobres e a imagem de Deus em cada homem. Isto nos leva a uma atitude de desprendimento e de serviço, de reconhecimento e de respeito aos direitos humanos; nos tira da indiferença e passividade e nos encoraja a assumir, com disponibilidade, a vocação de serviço que o Senhor dispôs para nós (não a que nós houvéramos escolhido para nossa comodidade, nosso prestígio ou nossa fortuna material): Certamente é agora o momento de discernir com lucidez e de assumir com generosidade a vocação de "trabalhadores da luz" que os jovens de hoje terão que realizar em breve, como os primeiros responsáveis e protagonistas de uma nova sociedade. Repito, porém, que a paz não se improvisa nem se impõe a partir de fora: depende de todos, nasce de dentro e se traduz em compromissos concretos de justiça, liberdade e amor. Caminho de paz para os jovens é o desprendimento, a solidariedade e o amor verdadeiramente cristão: como Cristo nos amou.

III. Nossa Juventude

Volvemo-nos agora mais diretamente para os jovens. O que até aqui dissemos é evidentemente uma reflexão para eles. Se falamos de *"nova evangelização"* e de *"civilização do amor"* foi pensando de modo especial neles: em sua força criativa, em sua disponibilidade evangélica, em sua particular responsabilidade neste momento da Igreja e do mundo. Agora, porém, desejo sublinhar algumas atitudes positivas que me parecem fundamentais e que proporia fossem aprofundadas e completadas no trabalho em equipes (sempre à luz do que dissemos precedentemente).

1. — Antes de mais, quero recordar estes textos: um do Concílio, outro de Paulo VI e um terceiro de João Paulo II; textos que comprometem sobremaneira os jovens no trabalho eclesial em vista de uma *"nova evangelização"* e de uma *"civilização do amor"*.

a) — O Concílio. É impressionante como a última mensagem do Concílio — como se fora a síntese, o decisivo, o testamento do Concílio — foi reservada aos jovens: "Finalmente, é a vós, jovens de um e de outro sexo do mundo inteiro, que o Concílio quer dirigir sua última mensagem. Pois sois vós que ides receber o facho das mãos de vossos maiores, e viver no mundo no momento das mais gigantescas transformações da história. Sois vós que, recolhendo o que há de melhor nos exemplos e nos ensinos de vossos pais e de vossos mestres, ides plasmar a sociedade de amanhã; vós vos salvareis ou perecereis com ela... Sede generosos, puros, respeitosos, sinceros. Com entusiasmo edificai um mundo

melhor do que aquele que recebestes de vossos maiores" (Concílio, Mensagem aos Jovens, 1,2).

Essa geração de jovens acompanhou com interesse, com ardor e com esperança, dia após dia, as deliberações e conclusões do Concílio. Esses jovens são os adultos de hoje (muitos, talvez, são vossos pastores, assistentes, vossos pais e mestres). Uma dupla pergunta surge espontânea: souberam eles formar um mundo melhor do que aquele de seus maiores? Souberam transmitir a seus filhos, que são vocês, a tocha, a responsabilidade, a mensagem do Concílio? Pergunto aos jovens — da primeira geração posconciliar: — *Conhecem o Concílio?* Aprofundaram sua letra e seu espírito? Sabem que o Concílio foi a maior graça de Deus a este século que está para terminar e o melhor dom do Espírito Santo à Igreja e à humanidade? (Cf. Relatio finalis, 1,2).

b) — Paulo VI: "É necessário que os jovens, bem formados na fé e na oração, se tornem, cada vez mais, os apóstolos da juventude. A Igreja espera muito deles" (EN, 72). Os jovens constituem atualmente a esperança da Igreja (são presença e caminho de uma Igreja evangelizadora); por isso têm a responsabilidade de serem hoje, no coração da comunidade eclesial: apóstolos, testemunhas e profetas. Daí nasce também, a necessidade de uma sólida e permanente formação à fé (que os leve à contínua conversão e à fidelidade ao Senhor), e de profunda vida de oração (que os leve a ser discípulos do Senhor, constantemente evangelizados pela sua Palavra, com grande capacidade de contemplação e oração).

c) — João Paulo II. Ao inaugurar a novena de anos de preparação ao V centenário da primeira evangelização da América Latina, o Papa João Paulo II saudou assim os bispos, e os cristãos, reunidos em São Domingos: "Com que satisfação saúdo hoje esta Igreja evangelizadora e evangelizada que, num grande impulso de criatividade e juventude conseguiu que quase a metade dos católicos esteja na América Latina! Dessa juventude apostólica, cheia de esperança, quer hoje ser testemunha a multidão de jovens que nos acompanha neste sentido. Neles vejo representada a juventude cristã do Continente. Salve, Igreja jovem, esperança da América Latina!" (João Paulo II, 12/10/1984.)

2 — Sem entrar numa análise detalhada da situação da juventude atual no mundo, e desejando apenas destacar algumas características positivas de nossa juventude cristã — que ajudariam o compromisso dos jovens no caminho de uma "nova evangelização" e na construção da "civilização do amor" — assinalaria, esquematicamente, o seguinte:

a) particular sensibilidade pelos problemas do homem e pela dramática situação dos povos em vias do desenvolvimento: fome e miséria, desnutrição e morte infantil, violação dos direitos humanos, injustiça e opressão, marginalização, empobrecimento dos povos, carência de justiça social nas relações

internacionais entre os países ricos e pobres, gravidade da dívida externa, falta de solidariedade e de fraternidade universal; ,

b) precisamente por isso, um compromisso evangélico com a justiça, a liberdade, a libertação integral, a igualdade, a solidariedade com os que mais sofrem, e verdadeiro sentido de caridade cristã. Os jovens gostam de meditar especialmente estas páginas do Evangelho: as bem-aventuranças (como estilo de vida), o Pai Nosso (como oração simples e essencial) e o grande mandamento do amor (em sua realidade na parábola do bom samaritano (Lc 10) e do juízo final no amor (Mt 25);

c) uma verdadeira *"opção preferencial pelos pobres"*, com tudo o que isto significa na descoberta do Senhor nos que sofrem, de tornar-se solidário com eles, deixar-se evangeilzar por eles e anunciar-lhes a Boa Notícia de Jesus. É interessante sublinhar que os bispos latino-americanos em Puebla fizeram esta dupla opção pastoral: pelos jovens e pelos pobres;

d) maior *fome de Deus* e de *sua justiça,* desejo de oração e contemplação, de ler e meditar, pessoal e comunitariamente, a Palavra de Deus. Trata-se de uma juventude orante e reflexiva que quer deixar-se evangelizar pela Palavra de Deus, e deseja ser para os outros, anúncio, testemunho e profecia de salvação;

e) justamente por isso, juventude exigente, que quer autenticidade e coerência entre fé e vida, que deseja participar ativamente na missão evangelizadora da Igreja e na construção da nova sociedade, que exige modelos de santidade na Igreja à qual pertence e que os forma.

3. — Isto nos leva a uma última reflexão sobre nossa juventude no processo de "uma nova evangelização" para a construção da "civilização do amor". Quero assinalar algumas exigências concretas e urgentes:

a) — *a necessidade de santos*: para esta "nova era de evangelização" — dizia o Papa João Paulo II aos bispos europeus —, requerem-se hoje evangelizadores bem preparados. São necessários arautos do Evangelho, peritos em humanidade... são necessários novos santos (João Paulo II, 11/10/1985). E antes Paulo VI: "O mundo exige dos evangelizadores que lhe falem de Deus que eles conhecem e com quem tratam familiarmente, como se estivessem vendo o invisível" (EN,76); Paulo VI fala de um "sinal de santidade sem o qual nossas palavras dificilmente conseguirão penetrar no coração dos homens deste tempo" — feito de simplicidade de vida, espírito de oração, caridade para com todos, especialmente para com os pequenos e pobres (ib.). A evangelização exige "testemunhas" e "profetas", homens e mulheres pobres, totalmente esquecidos de si mesmos fortemente invadidos pelo Espírito Santo, com grande capacidade de amor universal, de fraternidade, de serviço;

b) — *oração e contemplação*: viver à escuta da Palavra de Deus,

deixar-se evangelizar por ela, acolhê-la no silêncio e na pobreza; a nova evangelização exige homens e mulheres com grande capacidade de silêncio e de deserto, de adoração e de contemplação; a exemplo de Maria, devem ser capazes de acolher na pobreza a Palavra de Deus e comunicá-la em silêncio;

c) — *a alegria e a esperança,* como fruto do amor de Deus, sinal da aceitação do Espírito Santo e maneira concreta de anunciar a Boa Nova da salvação. O mundo crê na alegria serena e profunda dos jovens que são testemunhas concretas do amor de Deus e sabem dar constantemente razão da esperança que há neles;

d) — *a comunhão eclesial*: um dos maiores desafios que a "nova evangelização" terá que enfrentar é o "contra-testemunho de certos cristãos incoerentes ou as divisões eclesiais" que "criam evidente escândalo dentro da comunidade cristã" (João Paulo II, 11 e 12/10/1984). Creio que um dos frutos mais concretos e evidentes da preparação da Jornada Mundial da Juventude é o caminho da comunhão eclesial, vivido por todos os jovens, as diversas associações, movimentos, grupos apostólicos ou de espiritualidade. A própria celebração da Jornada resulta assim num momento privilegiado de evangelização;

e) — *espírito de encarnação e de presença,* sobretudo nos ambientes mais pobres e marginalizados. Viver uma dimensão fortemente missionária. A "nova evangelização" exige uma juventude orante, encarnada e missionária, plenamente fiel a Jesus Cristo e ao homem.

Conclusão

Para terminar, volvamos os olhos para Maria, a *"Estrela da evangelização"*. "Em nosso povo — disseram os bispos latino-americanos em Puebla — o Evangelho tem sido anunciado apresentando a Virgem Maria como sua realização mais alta" (Puebla, 282). Por isso "ela tem que ser cada vez mais a pedagoga do Evangelho na América Latina" (ib. 290). Sem Ela não teríamos Jesus, "o Evangelho de Deus". Ela tornou possível a encarnação da Palavra de Deus, e permitiu que Ela morasse no meio de nós. Modelo de silêncio e solidão, de pobreza e de cruz, de amor e de serviço. Foi feliz porque acreditou que se cumpriria n'Ela a Palavra do Senhor; foi a primeira na comunidade dos discípulos de Jesus, soube acolher, no silêncio e na disponibilidade, a Palavra de Deus, e realizá-la. Fez companhia aos Apóstolos no Cenáculo, na fraternidade, na oração, e com eles recebeu o Espírito Santo da promessa, que desceu sobre a comunidade primitiva tornando-a evangelizadora e missionária. "Seja Ela a Estrela da evangelização, sempre renovada, que a Igreja, obediente ao mandamento do Senhor, deve promover e realizar, sobretudo nestes tempos difíceis mas repletos de esperança!" (EN, 82).

Com *Ela* e *por Ela* aprofundamos, contemplamos e cantamos a riqueza evangelizadora do Magnificat. □

ÊTICA E BIOÊTICA

SUBSÍDIOS DE REFLEXÃO

PARA RELIGIOSOS A SERVIÇO DA SAÚDE

No dia 22 de fevereiro de 1987,
o Vaticano promulgou a "Instrução sobre o respeito
à vida humana nascente e a dignidade da procriação".
Este documento suscitou muitas polêmicas,
dúvidas e discussões. Nós, como religiosos, como
reagimos face a esta "Instrução"?
A reflexão humana passa pela reflexão ética das condições
nas quais vivemos em sociedade. E especialmente,
para nós, religiosos, que temos como meta
a missão profética na sociedade, mais particularmente
na área da saúde, é importante refletir
sobre Ética e Bioética. De fato, todos os dias
somos confrontados com problemas e escolhas no campo
da saúde. Será que nossas escolhas visam o bem
do indivíduo ou o bem da Comunidade, da sociedade?
Como religiosos, muitas vezes restringimos nossa visão
ao indivíduo, à imagem da sociedade, e nos esquecemos
de todo um contexto: a família, uma comunidade,
uma história... No intuito de ampliar
a reflexão, apresentamos aos religiosos dois artigos
que tratam da evolução da Ética e Bioética hoje:
o primeiro:

"TÉCNICA E HORIZONTE ÉTICO"

do Pe. Olinto Pegoraro, à página 110;
o segundo:

"RESPEITO À VIDA, PROCRIAÇÃO E IGREJA"

do Pe. Christian de Paul Barchinfontaine, à página 116,
ambos Camilianos. Desejamos que estes dois artigos
possam ser lidos e refletidos em Comunidade e com grupos
de profissionais da saúde, nos questionando, tomando
um posicionamento crítico frente ao processo,
como religiosos a serviço
da vida, para atender melhor aos anseios do nosso povo.

TÉCNICA E HORIZONTE ÉTICO

A Ética aparece como horizonte. O horizonte ético, sempre presente e sempre longínquo, ilumina todo o agir humano. Compatibilizar as liberdades e dominar as forças da natureza é construir a autonomia visada pela Ética.

Pe. Olinto Pegoraro, MI

1. O sistema técnico-científico e a ética

Em nenhum momento da História humana a ciência e a técnica colocaram tantos desafios à ética como hoje. Os progressos da biologia — que vão do simples transplante ao controle do código genético, aumentam a responsabilidade dos analistas do comportamento ético.

Particularmente desafiadas sentem-se as concepções éticas inspiradas na autoridade. Mesmo a autoridade que propõe normas éticas em nome de Deus, perde audiência. Raramente os cientistas e os técnicos abandonam uma teoria ou uma técnica porque a autoridade religiosa proíbe. Perde também audiência a ética baseada na tradição: devemos agir assim porque sempre foi asim. Finalmente, perde audiência a ética baseada "na ordem natural das coisas". O ordenamento hierarquizado da natureza fundado na metafísica antiga, já não garante a ordem e qualidade dos nossos comportamentos. A ética fundada na autoridade, na tradição e na natureza sofre o enorme impacto da ciência e da técnica que geram comportamentos absolutamente novos. Como a ciência e a técnica são eminentemente inventivas e criam um novo mundo, assim a ética precisa inventar-se, isto é, descobrir-se sempre de novo. Um mundo novo precisa de um referencial ético novo.

A ética, longe de ser um sistema de normas, aparece como um horizonte, uma meta bastante vaga que inspira e atrai o ser humano. Este horizonte pode ser o eterno sonho da realização da liberdade e da autonomia das pessoas e da sociedade. O horizonte ético, sempre presente e sempre longínquo ilumina todo o agir humano. Compatibilizar as liberdades no sentido da convivência digna e dominar as forças da natureza, é construir a autonomia visada pela ética (1).

Se considerarmos a ética sob este enfoque, então parece que a ciência e a técnica se alinham perfeitamente com a aspiração humana. Com efeito, o sistema técnico-científico abre ao homem um amplo espaço de ação permitindo o controle das forças da natureza. Nunca o homem conheceu e dominou seu corpo como hoje, nunca penetrou mais fundo no cosmos, nunca teve mais chances de relacionamento com outros povos e culturas.

Por outro lado, o sistema técnico-científico tem a peculiaridade de criar as leis internas de seu desenvolvimento. Torna-se autônomo, separado do homem, às vezes concorrendo, às vezes opondo-se e mesmo ameaçando o homem. O sistema bélico mundial, por exemplo, parece impor-se à vontade política de todas as nações; existem organizações econômicas que submetem nações e continentes; existem complexos de máquinas que não podem parar. Parece que o instrumento volta-se contra seu autor.

Assim aflora o conflito e a ambigüidade entre o horizonte da ética e o sistema técnico-científico. Este, por um lado, parece inscrever-se no processo da libertação e, por outro, tende a controlá-lo. Como compatibilizar tudo isto?

Há pensadores bastante pessimistas quanto ao esforço de compatibilização. Consideram que o sistema técnico-científico perturba profundamente o quadro de valores éticos introduzindo um desequilíbrio irreparável na vida humana. Os defensores da ética fundada na natureza perdem sempre mais o ponto de partida da teoria ética. Com efeito, a ética naturalista exige respeito incondicional ao curso das leis da natureza, sobretudo no que diz respeito ao ser humano, com especial ênfase ao processo da reprodução. Ora, o sistema técnico-científico transcende rápida e profundamente a ordem natural. Os objetos produzidos pela técnica criam outro universo, com outras leis inimagináveis pela ética naturalista. Daí, Jacques Ellul (2), por exemplo, espanta-se com o domínio da técnica que substituiu a natureza e cria uma racionalidade própria à qual o homem é obrigado a adaptar-se. A adaptação à técnica seria o novo critério ético do qual parece impossível escapar.

Mas o confronto entre o processo da libertação e o sistema técnico-científico não pode ser visto só pelo ângulo da incompatibilidade. É evidente que a ciência e a técnica alargam o campo da liberdade e ampliam a responsabilidade ética. Em muitas situações, a ciência e a técnica mostram com precisão os resultados de uma ação a ser feita. Esta possibilidade de previsão beneficia enormemente, por exemplo, a medicina. A ciência médica pode apontar os riscos e as possibilidades de sucesso em intervenções cirúrgicas dificílimas. Sem dúvida, a ciência esclarece a decisão a ser tomada, dá segurança à ação, e, portanto, fortalece a responsabilidade ética. Mais ainda, o sistema técnico-científico ajuda a liberdade a controlar as leis da na-

tureza submetendo-as ao projeto humano. Isto nos permite diminuir os acontecimentos por acaso ou por fatalidade e, através da ação planejada, ordenar de modo humano o mundo exterior.

Por isso, o processo da liberdade deve procurar um ponto de compatibilidade com o sistema técnico-científico. Se é verdade que a técnica tem autonomia interna e gera as leis de seu crescimento, é também verdade que ela se insere no sistema humano que a produz por inteiro. Por ser o sistema técnico-científico um produto do gênio humano, dever-se-ia encontrar a harmonia entre ambos.

Na realidade, o horizonte ético é muito mais amplo que o horizonte da ciência e da técnica. Mas ambos situam-se numa mesma direção que é a realização da liberdade e o controle das forças cósmicas colocando-as a serviço do homem. Nem sempre as finalidades internas dos dois sistemas se compatibilizam à primeira vista. Neste momento intervém o horizonte ético. Não para proibir ou desmontar o processo técnico-científico, mas para compatibilizá-lo. Aqui situa-se o erro grosseiro da inquisição contra Galileu. Ele foi obrigado, em nome de Deus, a abjurar um resultado científico. É a subordinação absurda de um sistema a outro. O horizonte ético não pode exigir dependência mas deve buscar a convivência.

A compatibilização pode ser encontrada no não-uso de um resultado científico. O horizonte ético pode deixar de usar um resultado da ciência pelo menos por algum tempo. Não por ser um resultado perverso mas por falta de clareza do horizonte ético que é sempre longínquo e obscuro. O não-uso de um resultado da ciência não pode ser decidido arbitrariamente por um cientista ou por uma autoridade. Mas deve ser uma decisão política, isto é, do poder político que governa toda a comunidade. A ele cabe fazer leis inclusive sobre o uso dos resultados da ciência e da técnica.

Por sua vez, o horizonte ético também recebe influência do sistema técnico-científico. Como vimos, o horizonte ético é obscuro, longínquo e precisa ser iluminado especialmente pelos resultados da investigação científica. É preciso torná-lo mais próximo e mais claro. Por exemplo, a ciência biológica trouxe uma grande luz sobre o código genético ajudando o homem a conhecer-se melhor e esclarecer sua caminhada.

A compatibilização dos dois processos não é possível em sistemas fechados tanto do ponto de vista ético quanto do ângulo técnico-científico. Um sistema ético detalhado até os mínimos comportamentos humanos dificilmente se concilia com um sistema técnico-científico também intransigente. Ambos acabam lançando-se mutuamente condenações dogmáticas.

Só os sistemas ético e científico abertos são capazes de dialogar, convergir ou divergir com elevação e mútua tolerância. Isto só é possível num sistema ético histórico.

O sistema ético não pode resultar de deduções evidentes e permanentes. Já Aristóteles, na abertura da *Ética a Nicômaco* dizia:

"As ações belas e justas que a ciência política investiga, admitem grande variedade e flutuações de opinião, de forma que se pode considerá-las como existindo por convenção apenas, e não por natureza". (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, coleção "Os Pensadores", S. Paulo, Abril Cultural, 1979, Livro I, Cap. VI).

Existe uma historicidade ética. Ela emerge sempre das novas condições e situações humanas. O sistema técnico-científico gera novas situações que demandam novas posturas éticas. O horizonte ético não é propriamente a descoberta de sábios, mas se encontra inscrito na mais radical estrutura do ser humano enquanto desejo de liberdade e realização no mundo.

A condição humana concreta e as situações presentes são portadoras do apelo ético no sentido da ordenação de tudo para um horizonte mais amplo e que ilumina as situações vividas no cotidiano de nossa existência. Sendo a ética histórica, deve inventar-se sempre. Nunca termina de descobrir-se na trama de vida sempre mais complexa.

Daí, o recurso às tradições éticas é pelo menos insuficiente. O recurso aos sistemas éticos do passado é válido desde que nos ajude a descobrir a atitude ética conveniente às situações presentes. Não se trata de aplicar hoje normas convenientes a outros contextos históricos. Mas o contexto da vida humana do passado nos pode ajudar a entender nosso contexto e a encontrar normas dignas da vida humana contemporânea. Também é insuficiente servir-se de princípios antigos e estáveis para tirar deduções novas a respeito da vida ética atual. Pois o apelo e o postulado éticos devem ser encontrados no seio do contexto histórico em que vivemos.

Portanto, a norma ética que rege nossos comportamentos cotidianos surge do encontro do horizonte ético obscuro e longínquo, com as situações reais de cada dia. As normas concretas cristalizam-se em preceitos moralistas quando não se situam num horizonte maior e na gama dos eventos que nos cercam.

2. Ética e ciência biomédica

O esforço de compatibilizar o horizonte ético com o sistema técnico-científico exige muita flexibilidade e capacidade de distinguir entre elementos verdadeiramente radicais e inegociáveis e os pontos transitórios, contingentes, de nossas teorias éticas e científicas. Qualquer que seja a teoria ética que defendamos, será sempre absolutamente fundamental manter o horizonte ético na forma acima proposta ou numa outra. Mas no curso da existência será sempre difícil avaliar adequadamente as atitudes das pessoas e os avanços técnico-científicos. Esta dificuldade aumenta quanto entra em jogo a vida humana. O poder de intervenção técnico-científica em nossa vida cresceu muito nas últimas décadas, tra-

zendo enormes benefícios às pessoas. Mas os benefícios têm uma contrapartida problemática. Colocam-se sobretudo problemas genéticos, éticos, político-sociais e religiosos. E, em muitas situações, ainda não vemos a possibilidade de compatibilizá-los satisfatoriamente. Uma coisa é certa: nossas teorias abertas e históricas são o campo para um esforço fecundo de compatibilização.

A propósito, recentemente o Vaticano lançou um documento (3) a respeito da reprodução humana. Tema da mais alta importância e eivado de questões não resolvidas e que preocupam a todos: cientistas, políticos e religiosos.

O Documento trabalha em três níveis: teológico, filosófico e técnico-científico. O objetivo é "expor os critérios de juízo moral sobre as aplicações da pesquisa científica e da técnica, particularmente naquilo que diz respeito à vida humana e aos seus inícios" (6). É um grande esforço de compatibilização do avanço técnico-científico com o horizonte ético a respeito da ciência biomédica.

O horizonte ético do documento insere-se na concepção naturalista. Supõe uma "adequada concepção da natureza da pessoa humana na sua dimensão corpórea" (8). Somente "seguindo a sua verdadeira natureza é que a pessoa humana pode realizar-se como totalidade unificada" (8).

Sendo assim, o documento perde a historicidade. Torna-se um documento a-temporal que podia ter sido escrito tanto no século passado como poderá ser escrito no próximo século. Firma-se na imutabilidade da natureza humana e no postulado da sua inviolabilidade incondicional.

Uma vez estabelecido este horizonte ético, o documento julga as principais práticas da técnica médica relativas à procriação e à atuação sobre o embrião humano. E o faz casuisticamente no sentido que a cada caso bem definido se aplica o critério ético. Exige respeito absoluto ao feto desde o instante da concepção, sem fazer nenhuma alusão ao grande debate que a este respeito se travou desde Aristóteles até nossos cientistas. Defende a dignidade e o direito à vida aos embriões humanos obtidos *in vitro*, mas denuncia "a particular gravidade da destruição voluntária dos embriões humanos obtidos in vitro, unicamente para fins de pesquisa, seja mediante fecundação artificial como por "fissão gemelar" (18). Denuncia também a fecundação artificial heteróloga e homóloga visto que a ética natural exige que a concepção humana se faça pelo ato conjugal dos esposos. Também a maternidade substitutiva (útero de aluguel) é considerada "contrária à dignidade da procriação da pessoa humana" (25).

O Documento contempla favoravelmente um só caso ligado à inseminação artificial homóloga, quando a técnica médica pode ajudar o ato conjugal dos esposos, facilitando a realização plena" (32).

É evidente que o horizonte ético adotado não ajuda a compatibi-

lizar o enorme avanço da ciência médica a respeito da reprodução humana. Na perspectiva deste horizonte ético dever-se-ia fechar os centros de pesquisa que se ocupam de tão grave e delicado assunto.

Por outro lado, o documento se serve de preciosas informações técnico-científicas obtidas exatamente nestes laboratórios. Informações que melhoram a existência humana e ajudam a avançar os critérios de avaliação ética de nossa vida em sua fonte. Faltou ao documento a dimensão histórica que tenta avaliar a imensa complexidade do problema. Complexidade e obscuridade que sugerem cautela e flexibilidade na avaliação. Neste terreno as afirmações definitivas arriscam ser pelo menos pouco informadas e, por isso mesmo, parciais.

Então, que fazer? Certamente a melhor atitude é a retomada do diálogo nesta área tão complexa. Sem dúvida o horizonte ético e o sistema técnico-científico terão que iluminar-se mutuamente de modo especial a respeito do fato tão sublime e misterioso que é a transmissão da vida humana.

Neste sentido o documento ajuda com duas colocações importantes. A primeira, quando diz que "aquilo que é tecnicamente possível não é necessariamente, por esta mera razão, admissível do ponto de vista moral" (10). Formulação preciosa mas que não é nem desenvolvida, nem aproveitada no conjunto do documento. O sistema técnico-científico não pretende derrubar o horizonte ético. Nem exige impor-se a qualquer preço.

NOTAS

(1) A este respeito, cfr. Jean Ladriére, **Les enjeux de la rationalité,** Paris, Aubier-Montaigne-Unesco, 1977 Cap. VI, IX. (2) Jacques Ellul in **Ethique et technique,** Bruxelles, editions de l'Université de Bruxelles, 1983, pg. 7-20. (3) **Instrução sobre a vida humana nascente,** Cidade do Vaticano, tipografia poliglota Vaticana, 1987. □

Escatologia presente

Bíblia — "Passará o céu e a terra. Minhas palavras, porém, não passarão", Mc 13, 31.

Leitor — Jesus está sempre perto, às portas. Não temer, portanto. É dele sempre a última palavra. Para o pecado, ele criou o perdão. Para a morte, criou a ressurreição. Para as horas de desespero, a fé como entrega, abandono, confiança. Ele vai conosco até o fim, mesmo quando parece não ter fim. Jesus acompanha a História. Está presente na História. E desta escatologia presente levará a História e cada um de nós à plenitude escatológica que há de vir (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

RESPEITO À VIDA, PROCRIAÇÃO E IGREJA

REFLEXÕES

A sacralidade da vida humana é a mais fundamental consideração na discussão da bioética.

Pe. Christian de Paul de Barchifontaine, MI

Linhas de força do documento

1. A "Introdução sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação" foi publicada em português pelas Edições Paulinas e pela Vozes sob o número 213. Para fazer uma boa avaliação do Documento, é importante lê-lo.

2. "O dom da vida que Deus Criador e Pai confiou ao homem exige que este tome consciência do seu valor inestimável e assuma a responsabilidade do mesmo" (Introdução do Documento nº 1).

— "Desde o momento da concepção, a vida de todo ser humano deve ser respeitada de modo absoluto, porque o homem é, na terra, a única criatura que Deus "quis por si mesma", e a alma espiritual de cada um dos homens é "imediatamente criada" por Deus; "todo o seu ser traz a imagem do Criador".

— "A procriação humana exige uma colaboração responsável dos esposos com o amor fecundo de Deus; o dom da vida humana deve realizar-se no matrimônio, através dos atos específicos e exclusivos dos esposos, segundo as leis inscritas nas suas pessoas e na sua união" (Introdução do Documento nº 5).

— "Os valores fundamentais conexos com as técnicas de procriação artificial são dois:

— a inviolabilidade do direito do ser humano inocente à vida desde o momento da concepção até à morte, é sinal e uma exigência da inviolabilidade mesma da pessoa à qual o Criador concedeu o dom da vida;

— a originalidade da sua transmissão no matrimônio (Introdução do Documento nº 4).

— O resto do Documento é aplicação pura e simples destas idéias, com seqüência lógica impecável: corte drástico à inseminação artificial homóloga e heteróloga, à fecundação "in vitro" e à mãe de aluguel.

— O diagnóstico pré-natal também é colocado em questão, a menos que respeite a vida e a integridade do embrião e o do feto humano e se oriente para sua salvaguarda ou para sua cura individual.

— O final do Documento trata dos valores e obrigações morais que a legislação civil deve respeitar e ratificar nesta matéria. Lembra os direitos fundamentais a ser reconhecidos e respeitados por parte da sociedade civil e da autoridade política:

a) o direito à vida e à integridade física de todo ser humano, desde o momento da concepção até a morte;

b) os direitos da família e do matrimônio como instituição e, neste âmbito, o direito, para o filho, de ser concebido, posto no mundo e educado por seus pais.

1. **Reflexões**

1.1 *Lei Natural*

— Os fundamentos e princípios que norteiam a Igreja e em particular a Instrução sobre o respeito à vida nascente e a dignidade da procriação, são baseados na lei natural. Na visão da lei natural (ordem estabelecida por Deus, realidade estática) a moral é moral de princípios absolutos e indiscutíveis, iluminados por aquilo que podemos chamar de "teologia escatológica", porque aponta qual é a situação ideal do homem, da sociedade e da ação histórica. A estrutura física da fecundidade humana é portanto algo sagrado ("encarnação dos desígnios de Deus"), intocável e inalterável. Assim, o homem aparece não como sujeito mas como objeto da sua estrutura física.

1.2 *Ponderações*

— A lei natural, na prática, deve evoluir. De fato a missão do homem é *humanizar o criado,* romper com o fatalismo e estender o domínio humano sobre as forças cegas da natureza.

— Em matéria de fecundidade, melhor que dominar a tecnologia, o homem deve estender seu domínio sobre a prospectiva, sobre o devir coletivo, prever mais seguramente e confiar menos neste acaso que a reação religiosa interpreta como providencial.

— A lei moral contém, como núcleo, a exigência de um esforço ininterrupto de intervenção na matéria tanto cósmica como psicossomática, a fim de explorar e organizar suas possibilidades, a fim de elevá-las a um nível humano. Não mais o definitivo a caracteriza, mas o provisório. "A lei natural, como força ética e norma libertadora, não é jamais uma aquisição definitiva" (B. Häring, La Morale è per la Persona, p. 275).

— "... a criação terrena de Deus é o homem e o seu mundo, e nada mais. Este homem criado por Deus é, porém, um ser físico-espiritual. Como tal, ele tem a capacidade de descobrir e de captar a si mesmo, a sua essência, as pos-

sibilidades, o seu mundo e o sentido desta realidade total — do homem e do mundo — e neste descobrir e captar, fazer sempre maiores progressos" (J. Fuchs, Existe uma moral cristã?, Ed. Paulinas, SP, 1982, p. 91).

— Numa visão do Todo, "a responsabilidade perante o mundo, no qual os homens estão destinados a viver juntos, é um dos deveres mais sagrados do homem, infinitamente mais sagrado do que os processos biológicos" (B. Häring, Moral y Medicina, p. 62).

2. Valor e sacralidade da vida

2.1 *A santidade da vida humana*

Esta é talvez a consideração mais fundamental na discussão bioética, porque se a vida humana não é sagrada, então praticamente pouco ou nada mais tem dimensão de sacralidade.

Nós a experimentamos como algo de valor e respeito, uma vez que qualquer intervenção ou interferência na vida humana deve ser avaliada e testada em referência a esta questão central.

Por que a vida humana é sagrada? Esta questão é fácil e difícil ao mesmo tempo. De um lado, nossa experiência dela, como algo bom e de valor, nos ajuda a percebê-la como algo necessário a preservar e a partilhar. De outro lado, a dignidade da vida humana é um conceito de fundamento que se baseia primeiramente em si mesmo e deve ser apoiado pela sua evidência própria de qualidade. Isto torna difícil que tenhamos uma definição aceita por todos, uma vez que não experimentamos a vida da mesma forma ou damos o mesmo valor na nossa escala de valores. A questão da dignidade humana torna-se particularmente problemática no começo e no fim da vida.

Qual é a fonte de valor da vida? Reside dentro da própria experiência humana. A vida humana é percebida como sagrada ou tendo uma certa dignidade porque os seres humanos são basicamente pessoas de valor. "As pessoas são importantes". Visto dentro da corrente filosófica chamada *humanismo,* a dignidade da existência humana surge de dentro de si mesma, a partir de seu próprio significado, e se justifica em si mesma. A perspectiva teológica que é similar e complementar deste ponto de vista, sugere que a dignidade da pessoa humana receba sua santificação por ter sido criada por Deus. Porque as pessoas são criadas à imagem e semelhança de Deus, devem ser respeitadas, e ter dignidade porque são uma parte especial da criação. Estas duas percepções, a filosófica e a teológica, podem ser usadas separadamente ou em combinação numa variedade de argumentos. De novo o problema é a aplicação do conceito.

2.2 *Qualidade de vida*

a) O termo santidade de vida geralmente tem sido interpretado para significar que cada pessoa, independentemente do estado de saúde, tem valor, não deve ser usada

como meio e sim tratada com dignidade.

Este valor depende da transcendência de Deus, uma dimensão espiritual interior, ou da dinâmica da personalidade que transcende cada pessoa. Com este conceito, a recusa ou descontinuação de cuidados médicos baseados exclusivamente na incapacidade da pessoa utilizar plenamente seu potencial humano, é moralmente inaceitável. Dificuldades surgem no entanto, quando o termo é radicalizado. Os que dizem que, por causa da santidade da vida, nenhum tratamento deveria ser interrompido, por exemplo, no caso de um paciente que está morrendo ou recém-nascido com defeitos congênitos, defendem o vitalismo. Este posicionamento preserva a existência física mesmo quando outros bens na vida podem ou não ser mais realizados. De acordo com esta posição, o mero prolongamento da vida física é moralmente requerido sem se perguntar a respeito de objetivos e finalidades da vida. Este posicionamento é um obstáculo para que se tomem decisões médicas adequadas.

b) O termo qualidade de vida tem sido interpretado significando que o valor da vida da pessoa é determinado em parte pela habilidade da pessoa realizar certos objetivos na vida. Quando estas habilidades não mais existem, então a obrigação de prolongar a vida ou continuar o tratamento não existem mais. Num extremo, este conceito pode estabelecer critérios arbitrários e injustos em se tomar decisões médicas, por exemplo, que todas as pessoas deficientes mentais ou todas as pessoas que sofrem certos defeitos genéticos não deveriam receber tratamento médico. Acrescente-se a isso que o conceito geralmente afirma que esta decisão ou julgamento é feito no melhor interesse do paciente, contudo existe muita confusão em torno de que "melhor interesse" realmente. Aplicações adicionais destes termos são freqüentemente confusas. Os argumentos de qualidade de vida, santidade de vida, significam que alguém escolhe qualidade antes que quantidade; que um não respeita a vida e outro sim, que alguém não é consistente a respeito de julgamento de valor, enquanto o outro pode ser. Cada uma destas distinções é uma falsa dicotomia.

A qualidade de vida de uma pessoa não é sinônimo de vida plena, fisiológica, psicológica ou emocional. Alguém é respeitado como pessoa independentemente do grau em que desempenha tais funções. Contudo o nível em que a pessoa consegue desenvolver estas funções desempenha um papel importante no processo de se tomar decisões médicas. Negligenciar completamente tais fatores é ser vitalista, usando tecnologias de medicina como um mecânico, antes que como um médico. O aspecto central da decisão médica é o benefício do paciente que inclui a habilidade do mesmo paciente em atingir determinados objetivos da vida. O que é crucial é que decisões acuradas aconteçam baseadas nos princípios da justiça. Talvez não seja tanto a qualidade e sacralidade que cau-

sam conflitos nestas decisões, mas sim a falta de razão e justiça.

3. **Aborto**

3.1 *Definição*

O aborto é a expulsão de um produto de concepção antes que seja viável (viabilidade: 28 semanas ou 500 gramas). O aborto é embrionário antes de 3 meses, fetal até o sétimo mês.

3.2 *Classificação*

— aborto espontâneo é aquele que acontece por causas naturais;

— aborto provocado é aquele que acontece pela intervenção especial do homem. Indicações:

a) indicação eugênica, se o aborto é provocado para livrar-se de um feto com taras;

b) indicação médica ou terapêutica, se a causa for salvaguardar a vida ou a saúde da mãe;

c) indicação social, se interrompe a gravidez para não arcar com a carga social e econômica que comporta;

d) indicação ética, se com a interrupção da gravidez se pretende pôr um paliativo ao erro moral ou eliminar uma desonra social.

3.3 *A questão da personalidade*

Um dos elementos críticos no debate sobre o aborto é a questão da personalidade. *O embrião é uma pessoa?* Quando? A maneira como se responde a estas duas questões afetará a atitude em relação ao aborto. Estamos falando sobre seres humanos com vida e direitos próprios, ou sobre um conglomerado de células que pode estar à disposição da vontade ou conveniência das pessoas diretamente envolvidas?

Quatro escolas:

a) Escola genética ou concepcionista

Define como humano todo ser que tem um código genético. Desde que o genótipo está presente, no momento da fertilização, isto significa que o indivíduo que está se desenvolvendo é humano, desde o momento da concepção. Crescimento e desenvolvimento posteriores são simplesmente a explicitação do que está escrito no código genético deste indivíduo particular.

b) Escola desenvolvimentista ou natalista

Defende que enquanto a fertilização estabelece as bases genéticas de um ser humano, um certo grau de desenvolvimento é necessário para que um indivíduo seja considerado um ser humano. Os desenvolvimentistas vão um passo além dos geneticistas e reconhecem uma necessidade de interação entre o genótipo e o meio ambiente. Esta visão sugere que o potencial genético de alguém não está totalmente atualizado até que não tenha inter-agido na sua maneira única com o meio ambiente, e portanto abre uma compreensão maior de toda a gama de atributos humanos.

c) Escola das conseqüências sociais

Esta escola muda a questão de "quando a vida começa?" para "quando a vida humana começa?". De acordo com este grupo, o feto deve ser definido na base das conseqüências sociais daquela decisão. Se definir certos tipos de fetos como humanos cria problemas, então talvez aquela classe de fetos não deva ser definida como humanos. Ao estabelecer normas sociais, eles começam com a questão: "Que tipo de pessoas queremos?" E definem os indivíduos conseqüentemente. A partir desta perspectiva, o que é importante não é a dimensão biológica ou desenvolvimentista, mas os desejos da sociedade em termos de normas sociais e morais.

d) Escola do "vínculo"

O que determinaria o início da vida humana seria o vínculo com os pais: criança aceita, relação de amor entre o feto e a mãe, tratamento do feto como humano.

Cada um destes grupos apresenta um ponto de vista característico na tarefa de definir um feto e o processo de decisão moral correspondente. A consideração destas quatro orientações nos dá um contexto a partir do qual podemos começar a pensar sobre o aborto.

3.4 *Sociedade Abortista*

Vivemos numa sociedade abortista. A grande maioria dos abortos são provocados pela própria sociedade:

a) Progresso técnico

Ter uma atitude crítica e não idolátrica diante da técnica, avaliando-a não pela magnitude de suas conquistas, mas sim por seu serviço aos valores autenticamente humanos; uma ação contra a mentalidade que equipara anticoncepção e aborto.

b) Crescente permissividade legal

Não se pode ignorar o apoio ao aborto que uma lei permissiva pode representar.

c) Aceitação social do aborto

Sua expressão mais forte é o elevado número de abortos.

d) Deficiência da anticoncepção

Embora seja certo que um bom trabalho de planejamento familiar pode reduzir o impacto do aborto, não se deve depositar esperanças excessivas nisso. Esse fato revela mais uma vez a complexidade dos fatores pessoais e sociais que intervêm nas decisões de realizar o aborto.

e) Idéias de emancipação da mulher

Limitando-nos ao tema do aborto, há grupos que entendem a emancipação da mulher como direito de abortar livremente, em nome do domínio sobre o próprio corpo.

f) Leque mais amplo de motivações

Além das razões de honra, culpabilidade, aparências sociais ou pressões familiares, hoje o leque se amplia: relações difíceis com o

cônjuge ou companheiro, despreparo para a maternidade por parte de mulheres jovens, necessidade de continuar os estudos, exigências de trabalho, temores dos mais diversos tipos em relação à gravidez, etc.

g) Crescimento demográfico

A legítima preocupação com o problema da população pode sutilmente levar a considerar o aborto como uma "terapia" lícita.

h) Horror às vidas marcadas pela deficiência

O temor de ter um filho deficiente, temor alimentado por campanhas orquestradas com premeditação, cria um clima emocional particularmente propício para o aborto.

i) Interesses políticos e econômicos

Ao invés de escolherem decidida e efetivamente o caminho da justiça, de uma justa distribuição dos bens e recursos disponíveis, em sua relação com o Terceiro Mundo, os países ricos optaram, com maior ou menor clareza, pela drástica redução da natalidade nessas zonas menos favorecidas.

j) Dados científicos

Desdramatização do aborto (personalidade): quando começa a vida humana? Avanços científicos banalizando o aborto.

l) Correntes filosóficas e morais

Reconhecimento ou não da vida intrauterina como vida pessoal: ver o ponto 3.3: A questão da personalidade.

3.5 *Legislação*

O artigo 158 do Código Penal admite o aborto:

— quando a vida da mãe está em perigo

— em caso de estupro.

3.6 *O aborto e a Igreja*

A posição tradicional da Igreja não aceita nenhum tipo de aborto. "A vida deve ser protegida com o máximo cuidado desde a concepção. O aborto, como o infanticídio, são crimes nefandos", lembra a Introdução da Santa Sé, I, -1. Numa questão tão polêmica e complexa, lembraríamos o seguinte:

a) não podemos confundir lei civil e lei moral: nunca estas leis são totalmente divorciáveis, mas também não coincidem concretamente.

b) "A condenação do aborto, por parte da Igreja, só adquire completa credibilidade se, ao mesmo tempo, se fizerem todos os esforços possíveis para eliminar as causas do problema" (Haering, 1974).

c) Não basta deixar de confundir a perspectiva legal com o enfoque moral; a opinião comum relaciona também o aborto e contracepção: melhor esclarecimento, sobre o segundo tópico alivia a problemática concreta do primeiro. Não apenas a caridade, mas a simples justiça exige que não lancemos pedras às mães que julgar não ter condições para criar um filho não desejado, se a sociedade que integramos, nós e eles, favorece o aborto.

4. Inseminação artificial e fecundação "in vitro"

4.1 *Inseminação artificial*

— Inseminação artificial homóloga (AIH): quando o esperma introduzido artificialmente no aparelho genital da mulher provém do próprio marido.

— Inseminação artificial heteróloga (AID): quando o esperma introduzido artificialmente no aparelho genital da mulher, provém de um terceiro.

— O ensinamento oficial da Igreja rejeita como imoral toda inseminação homóloga e heteróloga: maldade da masturbação e a desvinculação em relação ao ato conjugal ou artificialmente da intervenção contrária à conformidade da natureza. (Instrução da Santa Sé, II. Intervenção na procriação humana.)

— Os moralistas contemporâneos, estudiosos no campo, não são tão categóricos, e admitem em geral a AIH com certas precauções e condições. A rejeição da AID é mais freqüente. Os que rejeitam a inseminação artificial da mulher solteira e a AID, querem preservar o contexto de amor e família como berço de todo novo ser humano. No essencial, para se julgar da moralidade ou imoralidade da AIH, passamos do critério fidelidade à natureza para o critério de comunhão de pessoas. Olha-se para o bem global das pessoas implicadas, fundamentalmente o bem do casal, que não pode ter filhos através da relação sexual e o bem do filho, que pode nascer por uma intervenção técnica.

4.2 *Fecundação "in vitro"*

— A fecundação em laboratório pode se realizar por dois tipos hipotéticos de objetivos: obter o desenvolvimento de seres humanos diante da impossibilidade de conseguilo naturalmente ou com fins de estudo e pesquisa.

— Pelo exposto a respeito da inseminação artificial pode-se ver que a moral católica tradicional se opõe à fecundação em laboratório (Instrução da Santa Sé). Mas a reflexão em busca da verdade e do bem continua, não é questão fechada. Notamos que a fecundação *in vitro* recebe uma crescente aceitação nos meios científicos que a submetem, todavia, a condições e restrições éticas, ora na perspectiva clínica, ora na científica. Estas condições foram expressas pelo Comitê Federal de Ética norte-americano e receberam aprovação de moralistas católicos e outros participantes do 1º Congresso Internacional de Transferência de Embriões (Annecy, Setembro, 1982). Deixando de lado a validade das experimentações puramente científicas, três condições básicas são exigidas para que o processo aconteça:

1) a inseminação artificial deve ser intra-conjugal;

2) ela pretende contornar um caso de esterilidade conjugal;

3) ela pretende almejar uma criança que o casal quer assumir e criar.

Como se percebe, as condições para a fecundação *in vitro* e para a inseminação artificial são substancialmente as mesmas para vários moralistas católicos. Eles frisam que *o dom da vida deve se situar no contexto de um relacionamento personalizado no amor.*

Na caminhada da conquista da verdade, das descobertas, observamos a conflitividade dos princípios ético-religiosos já estabelecidos num contexto sócio-histórico-cultural e técnico determinado, com as novas realidades e descobertas técnicas no campo da medicina. São questões de fronteira em que, de um lado (ético-religioso), procura-se sempre salvaguardar a dignidade do ser humano, o respeito à vida, e de outro (científico) procura-se sempre descobrir algo novo do ser humano quando, que por vezes, técnicas agressivas brincam com a vida. É a situação de conflito, onde entra em questão o posicionamento ético-religioso.

4.3 *Questões práticas*

Avanços na engenharia genética levantam não somente questões éticas amplas mas também questões práticas de implementação. Entre as mais urgentes:

a) Fertilização in vitro: isto é, a fertilização de um óvulo pelo esperma, fora do útero. Uma vez que isto se consegue com possibilidades maiores numa proveta de teste, a primeira criança nascida como resultado deste processo foi chamada "bebê de proveta". Este método permite que pessoas inférteis ou com problemas ligados à fertilização do ovo, possam conceber e ter crianças. Existem problemas em torno de possíveis desventuras. Por exemplo, se erros aconteceram no processo de fertilização, será o aborto aceito como simples corretivo? Zigotos e fetos danificados serão rejeitados pura e simplesmente por causa dos desejos dos pais em terem uma criança sadia? E quando o aborto é rejeitado e uma criança com defeitos nasce, foram seus direitos violados na própria maneira de sua concepção? Existem outros problemas também. Substitutos podem tomar o lugar quer seja do marido ou da mulher, quer seja por necessidade médica ou simplesmente por conveniência. Mesmo na ausência de tais problemas, há gastos preciosos e recursos médicos num processo que beneficiará relativamente poucos e que, por levantar falsas esperanças, pode atrasar ou impedir decisões de adotar crianças.

b) Clonagem é o processo pelo qual o núcleo de uma célula do corpo animal é inserida num ovo cujo núcleo foi removido. O resultado é um embrião geneticamente idêntico ao do doador. Este "clone" é então colocado dentro do útero da mulher e se desenvolve. Este procedimento tem a vantagem de assegurar um fac-simile do genótipo desejado. A clonagem favoreceu o surgimento de cenários de ficção científica em que é previsto o perigo de se criar uma raça de Hitlers ou Stalins. Tais vôos de imaginação desconhecem a influência do meio sobre os gens. Portanto, enquanto pode ser teorica-

mente possível reproduzir um indivíduo geneticamente idêntico ao doador, é também certo que este indivíduo terá as mesmas características.

4.4 *Atitudes básicas face a ciência*

a) *A ciência tem o direito de fazer tudo o que é possível*: nesta visão, o único limite colocado na pesquisa científica é o limite imposto pela capacidade técnica. O conhecimento novo tem valor em si e não interessa quanto conhecimento é adquirido. De fato, o direito de conhecer é uma liberdade humana básica e qualquer restrição é uma violação dos direitos do investigador. Contudo, é sugerido que a curiosidade intelectual e o crescimento em conhecimento são duas características mais distintas da espécie humana e que, restringi-las, seria negar nossa natureza. Finalmente, existe a suposição não verbalizada de que, se temos a capacidade de fazer algo, assumimos também o direito de fazê-lo.

b) *A ciência não tem o direito de intervir no processo da vida, que é sagrada.*

A expressão muito ouvida e popular desta posição é o dizer popular: "Os cientistas não deveriam querer ser Deus". Na sua forma mais simples, parece dizer que deveríamos ser passivos em face da natureza e dos processos naturais, e ignorar a longa tradição pela qual se aceita intervir na natureza em benefício da humanidade. Levada para uma conclusão externa, isso nos reduziria novamente às sociedades de caça, e talvez a morrer de fome.

c) *A ciência não tem o direito de mudar as características humanas mais distintivas.*

Esta abordagem insiste em que existe um limite para o que a ciência pode fazer, e que o limite é a natureza da pessoa humana como ela é atualmente entendida e valorizada. Ela assume o fato de que a diferença qualitativa na vida humana aconteceria se a aplicação ou pesquisa mudassem a vida tal como a conhecemos. Ela levanta também questões a respeito do contexto político em que a ciência é feita. O que aconteceria se estas forças que podem mudar a natureza humana, caíssem nas mãos dos que não partilham os valores e crenças da maioria?

d) *A ciência tem o direito de incentivar o crescimento de características humanas de valor e eliminar aquelas que são prejudiciais.* A motivação básica aqui é atingir algum controle sobre os processos que afetam a vida humana e o seu desenvolvimento. O objetivo é continuar a melhorar a qualidade de vida. Subjacente a esta posição está a convicção de que temos uma capacidade crescente de auto-determinação e, portanto, uma responsabilidade pelo que somos e pelo que seremos.

Nenhuma destas 4 teses é encontrada na sua forma pura. Apesar disso, elas sugerem uma variedade de maneiras com que podemos nos relacionar com a ciência

e capacidade científicas. Elas nos ajudam a pensar nas nossas expectativas em relação à ciência, e avaliar seus possíveis efeitos no curso do desenvolvimento humano.

4.5 *Embriões "excedentes" (Instruções da Santa Sé I, 6):*

Retira-se 6 a 8 óvulos para fecundar "in vitro". Já é vida segundo a lei natural. Quando não precisa implantar todos os óvulos fecundados, sobram embriões "excedentes", que são congelados. O que fazer com os embriões "excedentes" que nunca serão implantados? Hoje, existem mais ou menos 10.000 (dez mil) embriões congelados.

A Instrução não explora todas as possibilidades de situação constrangedora, contando sobre uma condenação radical para cortar pela raiz muitas dúvidas (vantagem da teologia escatológica: a fornicação é pecado, portanto não cabe discutir a respeito das casas de tolerância).

4.6 *Congelamento: "ofensa ao respeito aos seres humanos"*

— Baixar artificialmente a temperatura (hipotermia) do corpo para diminuir os processos vitais, diminuir os riscos de infecção, propiciar mais tempo de operação, seria uma ofensa?

— Anestesia geral que suprime artificialmente (também provisoriamente, como no caso de frio) a consciência individual (consciência sendo a base da dignidade humana na antropologia tradicional), seria uma ofensa?

Conclusões

Face ao respeito à vida, procriação e Igreja, vimos que não é fácil tomar uma decisão num mundo pluralista e secularizado.

1. "O corte drástico da Santa Sé deixou todo o mundo atônito: povo, imprensa, moralistas, cientistas e até mesmo bispos. Universidades Católicas e também hospitais religiosos tinham entrado na era do bebê de proveta. Uma medida tardia? Uma medida provisória? Esta última hipótese é defendida por muitos. Não é dogma, é verdade, mas as justificativas antropológicas apresentadas parecem definitivas. Claro que nem todos ficarão passivos. Os debates serão acalorados. Como nem todo mundo é católico e nem todos os católicos são dóceis à palavra da Congregação para a Doutrina da Fé, os bebês de proveta continuarão e as clínicas especializadas não ficarão sem freguesia.

Os próprios cientistas se impuseram na década de 70, nos Estados Unidos, uma moratória em virtude das experiências em biologia fundamental, mais especificamente no campo das manipulações genéticas. Desse ponto de vista, não são poucas as pessoas que pressentem o perigo e reclamam cautela. O que está em jogo, em primeiro lugar e acima de tudo não é propriamente o progresso científico, mas o homem a quem o progresso deve servir e não subordinar" (Júlio Mu-

naro, Revista 'Família Cristã' — Abril 87).

2. A moral católica tradicional deve ser repensada à luz das conquistas das ciências humanas. Como enfatiza Eduardo A. Azpitarte: "Seria preferível que, se a moral católica chegasse a se enganar, alguma vez o fizesse para animar a um encontro apaixonado com a verdade e o bem e não que, por segurança, como sucedeu em outras situações históricas, ficasse para trás na marcha da ciência e do progresso".

3. "Devemos evitar transformar e considerar a pesquisa científica um ídolo ao qual se possa e se deva sacrificar tudo. A ciência existe para o homem e não vice-versa. Com efeito, o que levou o homem a se tornar cientista se não o desejo de ser mais homem? A ciência, portanto, deve servir para fazer crescer a humanidade de cada pessoa e não para destruí-la. Se obstacular a ciência significa dizer não quando ela acaba destruindo a dignidade humana, isto não é negar a ciência, e sim salvá-la e promovê-la. Mas sobre este ponto, é necessário fazer uma ressalva muito importante. Não se deve confundir aquilo que é ciência com as aplicações técnicas da mesma. A ciência é um bem como todo conhecimento da verdade, mas nem toda aplicação técnica da mesma é um bem, nem para alcançar este conhecimento todo meio é lícito." (Carlo Cafarra, Revista 30 Giorni, Dezembro 1986).

4. Num comunicado da Reitoria da Universidade Católica de Lille (França), por ocasião da Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé, publicado dans "Eglise de Lille", nº 07 de 10 de abril de 1987, se afirma que a Reitoria insiste sobre o diálogo com a Hierarquia Episcopal e com as outras Universidades Católicas, e reafirma que a U.C.L. deve levar em conta sua pertença eclesial, as exigências e especificidades ligadas à sua missão universitária de pesquisa, da participação de suas casas de terapia ao serviço público hospitalar.

Faço a tradução integral dos números 5 a 8 do Comunicado, já que aqui no Brasil, temos posições semelhantes.

"5) É importante lembrar o verdadeiro lugar da "fecundação in vitro" no tratamento da esterilidade. Quando um casal estéril consulta o médico, a fecundação in vitro não é necessariamente a solução. O médico conduz as explorações longas e muitas vezes penosas, aplica as terapêuticas médicas ou cirúrgicas apropriadas. Em último recurso, a fecundação in vitro é proposta como uma técnica permitindo ajudar a natureza e não substituí-la, de prestar serviço a um amor conjugal que aspira a se expressar em paternidade responsável.

"6) A aplicação imediata da Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé, em termos de supressão de participação dos médicos da U.C.L. a fecundações homólogas "in vitro", levaria graves problemas morais aos responsáveis da U.C.L.:

a) junto aos numerosos casais já engajados neste processo e que, com a supressão, veriam fortemente comprometida senão definitivamente afastada, a esperança de uma paternidade responsável;

b) junto ao corpo médico e hospitalar engajado nesta atividade, convencido em consciência não somente de não fazer obra ilícita, mas de oferecer aos casais um serviço humano infinitamente precioso;

c) junto aos meios científicos, médicos e bioeticistas, nos quais a U.C.L. é inserida e onde sua credibilidade e seu testemunho de persença de Igreja requerem rigor, abertura, liberdade acadêmica, continuação de uma pesquisa de qualidade...

"7) Estes problemas serão superados apesar de suas dificuldades, na medida em que haverá para nós, responsáveis da U.C.L., em consciência — e segundo a norma ética a mais fundamental — uma evidência moral do caráter ilícito da participação dos nossos serviços à fecundação homóloga "in vitro". Somos muito atentos a todas as preocupações e interpelações da Congregação para a Doutrina da Fé que estimularão os trabalhos de pesquisa médica e ética da Universidade Católica. Somos abertos a acolher uma total evidência moral de iliceidade. Mas com toda consciência, não podemos dizer que a adquirimos hoje.

"8) Por isso, nossa preocupação de pertença eclesial nos incita a pedir à Congregação para a Doutrina da Fé, de aceitar abrir sobre esta questão particular, um diálogo conosco mesmos e com as outras Universidades Católicas, levando em conta o conjunto do problema e das exigências e especificidades de nossa missão universitária e de nossos estatutos hospitalares. Em outros assuntos, como o da Teologia da Libertação, a Congregação tomou a iniciativa de tais diálogos, e se conhecem os resultados benéficos. Quanto a nós, estamos prontos em participar e pensamos que é atualmente a melhor saída possível para este doloroso problema com o qual nos confrontamos."

5. A Igreja, especialista em humanidade, e não em ciência, volta-se para o homem e seus interesses mais profundos e permanentes, lembrando que a luz que ilumina o recente documento é a doutrina da dignidade da pessoa humana aplicada à vida conjugal e procriativa, e que a chave de leitura é o forte vínculo entre amor e vida. O documento em pauta visa justamente isto, apesar dos questionamentos que possa ou mereça provocar.

6. Uma vez que o Evangelho não dotou o cristão de código moral, não definiu de uma vez para sempre o que deveria fazer em todas as situações concretas, o novo conceito de lei natural tornou-se necessário a fim de que o homem encontre solução para os problemas que a sua historicidade colocar (concepção personalista e historicidade da lei natural).

(Continua na 3ª capa, ao lado)

DOS RELIGIOSOS
DO BRASIL: CRB

NACIONAL

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de março de 1989

O pensador espanhol Ortega y Gasset chegou a esta conclusão que, à força de repetir-se, virou lugar-comum: **"Eu sou eu e minha circunstância"**. Quem escreve, por amadorismo ou profissão, sabe que há dois tipos de ASSUNTOS: aquele que o autor procura e os que andam à procura do autor. Esta sua revista de março foi feita em dezembro/88 e janeiro/89, época de nossos **RETIROS**. Eis a circunstância e o assunto desta carta mensal que se supõe mais sugestão do que exposição minudente.

A civilização industrial-urbana tem seus automatismos e a eletricidade científica de seu marketing faz-nos escorregar no consumismo e deixar-nos levar na onda. A psicologia sustenta, por sua vez, que o homem gosta de fatos imutáveis, datas que se retornem ciclicamente e signifiquem uma ruptura com a sucessão prosaica dos dias. **Pois o RETIRO é assim**, em sentido privilegiado que vem do fundo dos tempos, quase um sonho e, por isso, um pouco à frente ou acima da realidade.

Entretanto, na conturbada experiência do mundo atual, paira uma generalizada sensação de que **nada de NOVO vai acontecer mais** porque tudo já está estudado, programado, escrito e feito. Sintoma maligno e inquietador de uma sociedade cética que arquivou suas esperanças. Traz à superfície profundas forças destrutivas que não podem estar presentes na expectativa do(a) Religioso(a). Para exorcizá-las, nada mais indicado do que **expor-se à circunstância do RETIRO**. Vivenciá-la sem resistência, como GRAÇA, e não como raciocínio puramente humano transformado numa medíocre ou mesmo brilhante elucubração intelectual. O importante, numa teoria, é saber ultrapassá-la. Expor-se deste modo à circunstância do RETIRO é retomar o diálogo com a própria consciência para **tirar proveito da angústia do sublime**, latente em cada um de nós. É contrapor o gozo de experimentar a gratuidade da imprevisível presença e ação de Deus ao medo do vazio que põe em risco ou ameaça o sentido da vida.

Os **irracionais** têm suas defesas e seu destino programados pelo instinto. O **ser humano**, ao contrário, sobretudo da metrópole moderna, precisa dá proteção de artefatos, por vezes, artifícios, culturais bem afinados que dêem direção à sua vida; proteção nos perigos naturais e na angústia existencial. Atomizado socialmente e isolado espiritualmente, **o homem entra em pânico**, fragilizado, desorientado, acossado pela violência, o cinismo, a delinqüência, o narcisismo e o amolecimento moral, **sem capacidade de reação**. O homem, vive dilacerado entre uma secreta paixão racionalista e a evidência palpável e psicológica da relatividade de sua razão.

O(a) **Religioso(a)** não vive um simulacro de intemporalidade, fora do fluir das coisas. Pelo contrário, ele(a) participa e partilha deste cenário, incerto e trôpego, para levar-lhe os aportes de sua FÉ e atestar sua pertinência e a confiabilidade como um alerta para que o mundo, que não vai bem, que **morre daquilo de que quisera viver e sobrevive daquilo que pretende destruir**, consiga andar menos mal. Coisas difíceis mas não impossíveis, pois nos SINAIS — de nossa Fé — já está o tempo futuro a alimentar de esperança o tempo presente. O visível aponta para o Invisível, de modo sacramental e conjuntamente real. Significa e manifesta a certeza da atuação de Deus, o lado ensolarado de qualquer questão.

São especulações associadas a vivências, até onde vai a claridade da memória, em torno do tema **MUNDO**, seus valores, problemas e desafios e o(a) **RELIGIOSO(A)** em sua circunstância anual, o RETIRO, onde, sozinho, sob o olhar de Deus, com emoção, sente que **a vida que lhe cabe viver, se decompõe e recompõe**, nos giros do tempo, evidenciando, porém, o seu destino transcendente, não obstante as interrogações sem respostas, a nível temporal.

A circunstância não faz o homem, embora seja ele um nó de relações circunstanciais. Nem o RETIRO faz o(a) Religioso(a). Mas atua de tal modo sobre ele(a) que o(a) molda, desfigura ou transfigura. Evitá-lo pode ser engano trágico. Fazê-lo e bem, em cada ano, é GRAÇA. Vem de Deus e a ele conduz.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, sempre ao seu inteiro dispor, com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB